



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

**IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES QUE SOFRERAM
VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA**

Vanessa Navarros Guerra da Silva

Brasília,
Dezembro de 2022.



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

**IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA
SEXUAL NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA**

Vanessa Navarros Guerra da Silva

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito à conclusão do curso de Psicologia.

Professora-orientadora: Dra. Tania Inessa Martins de Resende

Brasília,
Dezembro de 2022.



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Vanessa Navarros Guerra da Silva

Título: Impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência

Banca Examinadora:

Prof. Dra.: Orientadora: Tania Inessa Martins de Resende

Prof. Me: Alexandre Cavalcanti Galvão
Prof. Me.: Leonardo Cavalcante de Araújo Melo

Prof. Dr.: Leonardo Cavalcante de Araújo Melo

Brasília,
Dezembro de 2022.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA SEXUAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS	8
1.1 Aspectos conceituais e legais	8
1.2 Dados sobre a Violência Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes	10
1.2.1 Dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA-SINAN)	11
1.2.2 Disque Direitos Humanos (Disque 100)	12
1.2.3 Ausência de Dados de 2020 a 2022 e o Atual Governo	16
CAPÍTULO 2 – REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL	19
2.1 Repercussões na Saúde das Crianças, Adolescentes e seus Familiares	19
2.2 Repercussões na Saúde Mental das Mulheres	22
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	25
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS	28
4.1 Análise sócio-histórica	28
4.2 Análise formal	35
4.2.1 Entrevistas Narrativas	36
4.2.2 As camadas do sofrer	60
4.2.3 A força do Empoderar-se	65
4.2.4 Estratégias de enfrentamento	65
4.2.4.1 Ausência de Rede de Apoio	70
4.3 Interpretação/reinterpretação	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

RESUMO

A presente pesquisa é de cunho qualitativo e tem como objetivo compreender os impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. Para tanto, foram realizadas entrevistas narrativas com duas mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. Destaca-se que tais narrativas foram analisadas com base na hermenêutica de profundidade, metodologia composta por três fases: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. Foram apresentados os aspectos conceituais e legais a respeito da violência sexual na infância e adolescência e, em relação à legislação, foram pontuados alguns aspectos centrais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na sequência, foram expostos os dados referentes aos registros de violência sexual cometidos no Brasil no período de 2011 a 2019 colhidos pelos canais, sistemas e portal de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Posteriormente, foram discutidos os possíveis impactos na vida das crianças, adolescentes, familiares e de mulheres adultas que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. A seguir, foram apresentadas as análises das informações qualitativas das narrativas, que foram divididas em quatro categorias de sentido: as camadas do sofrer, a força do empoderar-se, as estratégias de enfrentamento e ausência de rede de apoio. Por meio das análises, foi possível perceber a importância de se construir um diálogo com as diversas esferas da sociedade com a finalidade de fortalecimento das políticas públicas para as mulheres e dos serviços de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: Saúde Mental. Violência sexual. Mulheres. Hermenêutica de Profundidade.

INTRODUÇÃO

Segundo o portal de proteção da infância Childhood Brasil (2020), quando acontece a violência sexual, outros direitos da criança e do adolescente também são violados como, por exemplo, o direito ao respeito e à dignidade, conforme dispõem os artigos 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Donato (2013) corrobora com tal entendimento quando diz que a violência sexual se refere a uma violação de quase todos os direitos fundamentais da pessoa. A referida autora defende que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, que abarca questões jurídicas, psicológicas e sociais para que seja possível a compreensão das infinitas faces do abuso.

Assim, como objetivo geral deste estudo me dedico a compreender os impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. De modo a alcançá-los, defini como objetivos específicos: alertar para o fenômeno da violência sexual na infância e adolescência; destacar a relação entre esse fenômeno e os sofrimentos dessas mulheres, bem como produzir reflexões que possibilitem a prevenção desse tipo de violência.

Para construção do trabalho, no capítulo um, apresento os conceitos a respeito do que se entende por violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como destaco alguns artigos do ECA. Neste capítulo, exponho os dados levantados pelos canais, sistemas e portais de proteção dos direitos deste público como forma de visualizar a extensão e gravidade desse fenômeno. No capítulo dois, exponho algumas formas de sofrimento que podem surgir na vida de crianças, adolescentes, familiares e mulheres que passaram pela experiência da violência sexual.

No capítulo três, destaco que a presente pesquisa é qualitativa, inspirada nas entrevistas narrativas de Eduardo Vasconcelos (2006). Insta salientar que foram realizadas duas entrevistas com mulheres que passaram por situação de violência sexual na infância e/ou adolescência, uma de 51 anos, natural da Bahia e outra de 26 anos, natural de Brasília. Para análise das informações qualitativas, me apoio na hermenêutica de profundidade de Thompson a partir da releitura de Demo (2001). No capítulo quatro, apresento as análises das informações qualitativas produzidas a partir das narrativas desenvolvidas. Por fim, encerro o trabalho compartilhando as minhas considerações finais, sinalizando ponderações para futuras pesquisas na área.

A quantidade expressiva de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridas no Brasil, que são apresentadas no capítulo um, nos alertam para um problema social que estamos passando há anos e que urge em ser visto para ser enfrentado e desconstruído. É fundamental e indispensável que construamos uma sociedade saudável que respeita os direitos das crianças e adolescentes enquanto seres em desenvolvimento (BRASIL, 1990) e que, de igual maneira, respeita mulheres enquanto sujeitos de direito (BRASIL, 1988). Nesse sentido, acredito que à medida em que pesquisamos sobre esse assunto nos aproximamos dessas mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescências e das dores vividas por elas, oferecendo, assim, um espaço de fala e de elaboração, o qual é construído a partir de um diálogo com elas. Desse modo, é possível um movimento na busca por compreender os seus sofrimentos e validá-los.

Assim, o presente trabalho se ocupa em contextualizar e promover reflexão para a situação de violência sexual que mulheres vivenciam na infância e/ou adolescência de forma que seja possível pensar o cuidado com essas mulheres, bem como pensar em ações de prevenção e proteção voltados para crianças e adolescentes. Importa destacar que esse trabalho foi desenvolvido com compromisso ético, político e clínico no esforço em estarmos refletindo constantemente sobre essas violências e suas possíveis formas de prevenção e cuidado. Com este trabalho, intenta-se também em contribuir na produção de conhecimento, valorizando a participação potente das narrativas das entrevistadas.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA SEXUAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS

No primeiro capítulo, apresento os conceitos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Saliento a importância da Lei 8.069 de julho de 1990 no tocante a proteção dos direitos fundamentais deste público, destacando alguns artigos da referida lei. Na oportunidade exponho os dados levantados pelos canais e sistema de proteção dos direitos das crianças e adolescentes a respeito das diversas violências cometidas contra eles, em especial, os dados sobre as violências sexuais praticadas no Brasil no período de 2011 a 2019.

1.1 Aspectos conceituais e legais

Quando se pensa e se fala em crianças e adolescentes é fundamental destacar a existência da Lei 8.069 de julho de 1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que visa assegurar a proteção integral às crianças e adolescentes, bem como garantir que os seus direitos sejam respeitados conforme prevê os artigos 1º e 3º, parágrafo único. Para fins de idade, consoante o art. 2º da referida Lei, considera-se criança, a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente de 12 anos completos até os 18 anos (BRASIL, 1990).

Com base no art. 6º do ECA, a criança e o adolescente começam a ser compreendidos como pessoas em desenvolvimento e isso traz a possibilidade de um novo olhar para eles, acompanhados de uma nova forma de relacionamento (BRASIL, 1990). No entanto, ainda existem muitas pessoas desrespeitando as crianças e os adolescentes em diversas esferas de sua existência, sendo uma delas a violência sexual, que engloba tanto o abuso sexual quanto a exploração sexual (BRASIL, 2015).

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) conceitua a violência sexual como a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes cometidos por adulto ou adolescente mais velho, que visem o abuso ou a exploração do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes (BRASIL, 2015). Nesse cenário de violência, crianças e adolescentes são utilizadas como instrumentos para obtenção de satisfação sexual deste adulto ou adolescente e a violência sexual pode ocorrer com contato físico ou não, assim como visando lucro ou não (BRASIL, 2022).

Entende-se por abuso sexual, toda e qualquer ação cometida, por um adulto ou adolescente mais velho, contra crianças/adolescentes com a finalidade de se obter satisfação sexual (BRASIL, 2015). Segundo o MPDFT, a pessoa que pratica tal violência, se aproveita

da sua relação de poder para inserir a criança ou adolescente em uma vivência sexual que está além de sua capacidade de consentimento ou compreensão, visto que extrapola seu próprio limite, a confiança e o poder a ele instituído na relação (BRASIL, 2015). Como configuração da violência, podem ser utilizadas “palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal” (BRASIL, 2015, p. 9) na sua relação com a criança/adolescente, o que caracterizará o abuso sexual.

Consoante o MPDFT, a violência, no abuso, pode ser intrafamiliar ou intrafamiliar ou extrafamiliar (BRASIL, 2015). A primeira é aquela cometida por um membro consanguíneo da família da criança ou do adolescente e a segunda é praticada por alguém que não seja da família da criança ou do adolescente. Para o referido Ministério, a violência ou o abuso sexual intrafamiliar coloca a pessoa que sofre as violências em uma situação de maior vulnerabilidade por ter um contato direto e, muitas vezes, diário com quem a violenta. Quanto mais recorrentes são os abusos, mais intensos e danosos são os impactos nas “dimensões física, sexual, emocional e moral da criança e do adolescente” (BRASIL, 2015, p. 12), visto que essa vivência deixa marcas na história de vida da criança e do adolescente.

A exploração sexual é a utilização da criança e do adolescente para a obtenção de lucro, troca ou vantagem (BRASIL, 2015). Para tanto, ela pode ocorrer de quatro maneiras: prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual. Importa ressaltar que é um tipo de violência que atinge em grande escala as meninas, no entanto meninos também são vítimas. Nesse contexto, a vítima sofre tanto a exploração sexual por alguém, bem como o abuso por outrem (BRASIL, 2022). Vale destacar que, para o referido trabalho, o foco está direcionado para as situações de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes.

Para Azevedo (1995), violência diz respeito a uma relação verticalizada, pautada no poder, que objetiva a dominação, a exploração e a opressão. No que concerne aos direitos das crianças e adolescentes, o ECA em seu art. 5º prescreve que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990). Para tanto, é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público lutar pela garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes proporcionando-lhes um desenvolvimento integral que contemple todas as oportunidades e facilidades, conforme dispõe os artigos 3º e 4º do ECA (BRASIL, 1990).

Assim, consta no artigo 3º do ECA, a responsabilidade de promover às crianças e aos adolescentes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, respeitando as condições de liberdade e dignidade que lhes devem ser ofertadas (BRASIL, 1990). Todavia,

os dados levantados pelos canais e sistemas de proteção dos direitos desse público sinalizam que as crianças e os adolescentes estão vivendo uma realidade contrária que a de respeito a sua integridade física, sexual, moral, espiritual e social. O elevado número de violências sexuais cometida contra tais pessoas mostra uma falha no cumprimento do dever legal incumbido à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público em assegurar a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes. No tópico seguinte serão discutidos alguns dados sobre esta triste realidade.

1.2 Dados sobre a Violência Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes

O Balanço Geral do Disque 100 (Disque Direitos Humanos) apontam que no período entre 2011 e 2018 foram registradas 191.679 mil queixas de violência sexual infantil no Brasil (BRASIL, 2022a). Segundo o Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE (2022a), esse grande número não contempla os vários casos que não chegam ao conhecimento das autoridades. Com base nesses dados levantados pelo MPCE, eles chegam ao entendimento de que, no Brasil, aproximadamente 30% da população sofreu abuso sexual na infância ou adolescência, assim, mais de 60 milhões de crianças e adolescentes já foram ou estão sendo violentados.

Vale lembrar que a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento (art. 6º do ECA), muitas vezes, não conseguem perceber que estão sofrendo violência sexual, uma vez que essa circunstância ultrapassa os seus recursos para a compreensão da situação vivida, visto que, de acordo com o MPCE (BRASIL, 2022a), tal situação exige da criança e do adolescente maturidade e educação sexual a fim de que possam identificar que o que estão vivendo é violação aos seus direitos. Ao não conseguirem identificar, uma das possibilidades, é também não conseguirem contar para os seus responsáveis, tampouco para as autoridades o que está se passando com eles, à época do fato. Com isso, inúmeros casos de violência sexual ficam silenciados e sem a devida denúncia, o que torna a luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes ainda mais difícil.

Estudos realizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN demonstram que os registros e as denúncias são subnotificados em pelo menos 30 vezes (BRASIL, 2021a). A CODEPLAN se baseou nos dados colhidos pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) e pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA-SINAN) entre os períodos de 2009 a 2019 (BRASIL, 2021a). Esses dados serão expostos a seguir em articulação com os dados do Disque 100 divulgados pelo portal de

proteção da infância Childhood Brasil (2020) para o período entre 2011 a 2019. Os dados, organizados a partir destas duas fontes acima citadas, estão separados por tópicos que contam com o auxílio de tabelas.

1.2.1 Dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA-SINAN)

O Viva-Sinan, sistema do Ministério da Saúde, responsável por fazer a vigilância contínua dos casos de violência doméstica, sexual e também de tentativa de suicídio por meio de notificações compulsórias (BRASIL, 2021b), fez uma análise dos registros de violência ocorridos no Distrito Federal entre os anos de 2009 e 2019 e pontuou informações relevantes acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes que serão discutidas a seguir após a exposição de tabelas.

Nesse tópico, os dados apresentados foram pautados nos estudos feitos pela CODEPLAN entre os períodos de 2009 a 2019 (BRASIL, 2021a) e uma complementação de informação embasada no portal de proteção da infância Childhood Brasil (2020) entre os anos 2011 a 2017.

Tabela 1. Distribuição das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (até 19 anos) por faixa etária e ano de notificação. Distrito Federal, 2009 a 2019.

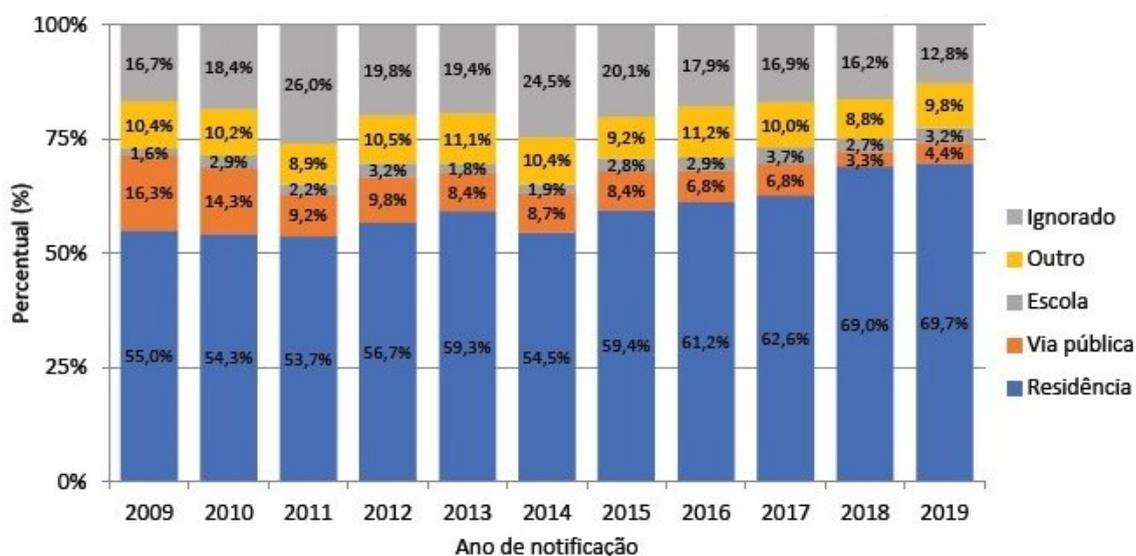


Fonte: SES-DF/ Viva Sinan. Processamento: Codeplan/Dipos. (BRASIL, 2021a, p. 5).

Na tabela 1, o Viva-Sinan identificou que, em 2019, 34,5% das violências sexuais aconteceram na idade entre 10 e 14 anos (BRASIL, 2021a). Vale ressaltar que de 2009 até 2019, a maior porcentagem de ocorrências dessa violência acontece justamente entre as idades

de 10 a 14 anos. As idades entre 1 a 5 anos ocupam pelas porcentagens destacadas na tabela, a segunda faixa etária que sofre violências sexuais nesse período da vida, com exceção, para os anos de 2015 e de 2017, que tiveram as idades de 6 a 9 anos como as que mais sofreram violência sexual. A terceira faixa etária que mais sofre esse tipo de violência é entre 15 e 19 anos.

Tabela 2. Distribuição das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (até 19 anos) por local de ocorrência da violência e ano de notificação. Distrito Federal, 2009 a 2019.



Fonte: SES-DF/ Viva Sinan. Processamento: Codeplan/Dipos. (BRASIL, 2021a, p.6.).

Nesse estudo, para o mesmo ano, o Viva-Sinan verificou que aproximadamente 70% das violências sexuais foram praticadas nas casas das crianças e adolescentes (BRASIL, 2021a). Um dado de extrema relevância, pois as casas que deveriam ser os locais de proteção e segurança, se mostram como ameaçadores e violentos para convívio das crianças e adolescentes.

De acordo com Childhood Brasil (2020), os dados registrados em unidades de saúde de 2011 a 2017 chegaram ao total de 184.524 notificações de violência sexual, sendo 141.105 contra crianças e adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados. Ademais, dos casos de violência reportados pelo Viva-Sinan, 40,5% foram contra crianças e adolescentes (CHILDHOOD, 2020).

1.2.2 Disque Direitos Humanos (Disque 100)

É um canal de proteção dos direitos humanos, logo, ele é responsável por analisar e encaminhar denúncias de violações de direitos relacionadas a diversas populações e diferentes temáticas (BRASIL, 2022b). No caso em questão, ele tem a incumbência de fazer a notificação das denúncias realizadas pelas crianças e adolescentes que tiveram seus direitos fundamentais violados (BRASIL, 2022b).

Nesse tópico, os dados apresentados foram embasados nos estudos feitos pela CODEPLAN entre os períodos de 2009 a 2019 (BRASIL, 2021a) e pelo portal de proteção da infância Childhood Brasil (2020) entre os anos 2011 a 2019. Primeiramente serão apresentados os dados levantados pelo Childhood Brasil (2020) e na sequência serão apresentados os dados destacados pela CODEPLAN (BRASIL, 2021a).

Tabela 3. Os dados sobre os quatro tipos de violência levantados pelo Disque 100 no período de 2014 a 2019.

Tipo de Violência	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1 Negligência	74%	72,81%	71,29%	73,07%	72,66%	38%
2 Violência Psicológica	49%	45,70%	44,45%	47,07%	48,76%	23%
3 Violência física	43%	42,40%	42,06%	39,39%	40,62%	21%
4 Violência sexual	25%	21,30%	20,62%	24,19%	22,40%	11%

Fonte: (CHILDHOOD BRASIL, 2020, p. 1).

De acordo com o levantamento feito pelo canal Disque 100, no ano de 2019, foram registradas 86.837 denúncias referentes a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes (CHILDHOOD, 2020). Em comparação com o ano de 2018, foram registradas 76.216 denúncias, o que significa que houve aproximadamente 13,9% a mais de notificações do que no ano anterior (CHILDHOOD, 2020). Conforme a tabela 3, fundamentada em estudos feitos pela Childhood Brasil (2020), a violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada a 4ª violação mais notificada pelo Disque 100.

Tabela 4. Sexo de quem sofre violência sexual na infância e adolescência entre os anos de 2011 a 2019.

Quem são as vítimas	Meninas	Meninos	Não Informados
2011	72,09%	17,85%	10,06%
2012	72,28%	16,77%	10,95%
2013	71,15%	17,02%	11,83%
2014	68,19%	17,70%	14,12%
2015	68,12%	17,10%	14,78%
2016	67,69%	16,52%	15,79%
2017	72,54%	17,43%	10,04%
2018	73,25%	17,85%	8,90%
2019	82%	18%	-

Fonte: (CHILDHOOD BRASIL, p. 1, 2020).

Com base na tabela 4, importa ressaltar que para o ano de 2019, o total em porcentagem de crianças e adolescentes do sexo feminino que foram violentadas sexualmente foi de 82% (CHILDHOOD, 2020). Em relação ao mesmo ano, no que se refere as crianças e adolescentes do sexo masculino que tenham sofrido violência sexual, o total foi de 18%. Analisando a tabela, nota-se que as meninas são as que sofrem mais esse tipo de violência notificada.

Tabela 5. Faixa etária das vítimas entre 2011 e 2014.

Ano	0-7	8-14	15-17
2011	33%	46%	15%
2012	31%	42%	15%
2013	33%	40%	15%
2014	34%	40%	13%

Fonte: (CHILDHOOD BRASIL, 2020, p. 2).

Consoante a tabela 5, a faixa etária de crianças e adolescentes que mais sofreram violência sexual entre os anos de 2011 a 2014 foi a faixa de 8 a 14 anos, atingindo em 2011 46% de ocorrências (CHILDHOOD, 2020). A segunda faixa etária de crianças e adolescentes que mais sofreram violência sexual para os supramencionados anos foi a faixa de 0 a 7 anos, com 34% de cometimento do crime no ano de 2014. Por fim, a última faixa etária se concentra nas idades entre 15 a 17 anos, tendo tido 15% de ocorrência para tal violência em 3 anos seguidos.

Tabela 6. Faixa etária das vítimas entre 2015 e 2019.

Ano	0-3	4-11	12-17	Não informado
2015	5,78%	31,68%	49,01%	13,42%
2016	6,06%	32,92%	50,39%	10,50%
2017	6,46%	33,39%	50,52%	9,50%
2018	6,91%	34,79%	48,57%	9,59%
2019	7,8%	40,3%	51,8%	-

Fonte: (CHILDHOOD BRASIL, 2020, p. 2).

Segundo o Disque 100, a partir de 2015 foi utilizada uma nova classificação de faixa etária para crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, sendo elas: de 0 a 3 anos, de 4 a 11 anos e de 12 a 17 anos (CHILDHOOD, 2020). Conforme a tabela 6, a faixa etária que mais sofreu esse tipo de violência entre os anos de 2015 a 2019 foi a de 12 a 17 anos, chegando ao percentual de 51,8% de notificações para o ano de 2019 (CHILDHOOD, 2020). Na sequência, a segunda faixa etária que mais sofreu foi a de 4 a 11 anos, que atingiu o percentual de 40,3% de ocorrências em 2019. Por último, a faixa etária de 0 a 3 anos, fica com o número de notificações alto no ano de 2019, registrando o percentual de 7,8%.

Vale ressaltar que, nesta tabela, a última coluna não contém a faixa etária das crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. No entanto, é possível notar que, no ano de 2015, houve o registro de 13,42% de ocorrências para esse tipo de violência (CHILDHOOD, 2020).

Tabela 7. Suspeitos e Locais de ocorrência da violência sexual ao total de denúncias no ano de 2011 a 2019.

Ano	Grupo familiar	Casa da vítima ou do suspeito
2011	62,0%	70,5%
2012	68,0%	69,0%
2013	65,0%	69,0%
2014	68,0%	69,5%
2015	72,5%	70,5%
2016	77,0%	69,9%
2017	60,9%	67,4%
2018	62,6%	68,6%
2019	64,7%	-

Fonte: (CHILDHOOD BRASIL, 2020, p. 2).

De acordo com a tabela 7, os suspeitos de cometerem violência sexual contra crianças e adolescentes fazem parte do grupo familiar, sendo que tais violações ocorrem na casa da vítima ou do suspeito (CHILDHOOD, 2020). Destaca-se que, em 2016, 77% das denúncias tiveram como suspeitos integrantes da família. Em 2011 e em 2015, 70,5% dessas violências aconteceram na casa da vítima ou do suspeito.

Após a exposição fundamentada em canais de proteção à criança e o adolescente dos inúmeros casos de violência sexual que são cometidas contra este público, importante que avancemos em busca de compreender quais são os possíveis impactos que essa vivência pode causar na saúde integral das crianças e adolescentes, bem como quais as possíveis repercussões que podem atingir a família que acompanha a criança e o adolescente que passou por essa violência. Ademais, mostra-se relevante, tentar entender quais os possíveis sofrimentos que podem surgir dessa experiência para mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência.

1.2.3 Ausência de Dados de 2020 a 2022 e o Atual Governo

Ressalto neste tópico que não foram encontrados pela pesquisadora os dados de cometimento de violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2020 a 2022, período da pandemia de COVID- 19. Movida pelo meu compromisso ético, político e clínico não há como me furtar de articular a não divulgação detalhada de casos de violência sexual contra este público às características de um governo antidemocrático que distorce as informações divulgadas ao povo ou mesmo se omite em compartilhá-las de maneira honesta e pormenorizada. A seguir, faço um breve resgate de pontos centrais do governo negacionista de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 para chegar no ponto de crítica a respeito da não divulgação dos dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no período do seu governo.

Desde o início da pandemia da COVID-19, Bolsonaro nega a existência da gravidade do coronavírus e refere-se a ele como “não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar” (BBC NEWS BRASIL, 2020). Ao longo da pandemia, negou os estudos científicos a respeito da prevenção se efetivar por meio de vacinas e defendeu o uso de medicamentos como Cloroquina e Hidroxicloroquina (DUARTE & CÉSAR, 2020). Com isso, Bolsonaro atrasou e muito a compra de vacinas no Brasil, o que favoreceu com o agravamento da situação de COVID-19 no país, acarretando em milhares de mortes (DUARTE & CÉSAR, 2020).

No início de agosto de 2020, Bolsonaro fala “vamos chegar a 100 mil mortos, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema” (UOL, 2020). Isso mostra um grande descaso com as vítimas da COVID-19, bem como um desrespeito ao processo de perda e luto dos familiares (DUARTE & CÉSAR, 2020). Há, neste momento, uma “banalização das mortes e a naturalização da clivagem entre vidas valiosas, vidas submetidas a processos de menos-valia e vidas descartáveis” (p. 3).

Segundo Duarte e César (2020), o negacionismo é compreendido como um fenômeno social, haja vista que ele produz a difusão coletiva de teses controversas em relação a consensos científicos validados, assim como os discursos negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas, que passam a fazer suas escolhas baseadas nelas e não mais no saber científico. Então, para os autores, a reprodução em massa de argumentos negacionistas, são transformados rapidamente em opiniões negacionistas, as quais se tornam acessíveis a todos e dotados de forte apelo emocional. Nessa perspectiva, o negacionismo tem a sua origem no interior do campo científico e opera a partir de “processos de manipulação, esgarçamento e distorção dos procedimentos científicos, os quais são desconhecidos pelo público” (p. 10). Dessa maneira, o negacionismo se torna presente no governo de Bolsonaro como uma forma de fazer política, forma esta que, dissemina e fomenta “confusões, dúvidas, incertezas e enganos” (DUARTE & CÉSAR, 2020, p.10).

O negacionismo pode levar as pessoas a se colocarem em situações perigosas (DUARTE & CÉSAR, 2020), como por exemplo, a decisão de não tomar a vacina fundada no argumento de Bolsonaro dizendo que “eu não tomei a vacina e não vou tomar. É um direito meu e de quem não quer tomar” (LOPES, 2022). Neste trecho, vemos o Presidente da República se opondo firmemente à vacina e, por sua vez, desencorajando a população a toma-la, haja vista que ele levanta dúvidas a respeito da eficácia das vacinas. Bolsonaro traz o seguinte questionamento e responde na sequência: “A vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental? Está em estado experimental” (LOPES, 2022).

Aquele que era para estimular a população a se vacinar, inicia um movimento antivacina (FERNANDES, 2021) a partir de um discurso pautado na ciência (DUARTE & CÉSAR, 2020). Assim, ele promove incertezas na população por meio de um processo de manipulação baseado no argumento de que a vacina não tinha comprovação científica (DUARTE & CÉSAR, 2020). Ele se utiliza da ciência para refutar os saberes das autoridades científicas que defendiam a vacina como forma de prevenção à COVID-19. Vale ressaltar que

o movimento antivacina ganhou força ao longo da pandemia por quem compartilhava das opiniões negacionistas do Presidente da República (FERNANDES, 2021).

Na oportunidade, reitero que o negacionismo é “poderoso não somente porque produz confusões, dúvidas, incertezas, enganos e mesmo graves equívocos, mas também porque empodera aqueles que compartilham tais visões de mundo” (DUARTE & CÉSAR, 2020, p. 10). Conforme destacam os autores, o negacionismo ultrapassou, em grande escala, o objetivo da mera disseminação de opiniões pessoais, transformando-as em estratégias políticas de gestão da pandemia e das condições de vida da população, haja vista a ausência de políticas públicas sanitárias coerentes.

Importa destacar que, no governo Bolsonaro houve um imenso desinvestimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), evidenciando, assim, um enorme retrocesso nos direitos alcançados pela Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) (SENADO NOTÍCIAS, 2022). Ressalto que, no Brasil, em 1988 foi promulgada a nossa Constituição Federal (CF/88) (BRASIL, 1988). Segundo Almeida (2019), a implementação da PNSM se desenvolveu em conformidade com a CF/88, que fundamentou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988). O artigo 196 da CF/88 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, o qual deve ser garantido com auxílio de políticas sociais e econômicas que busquem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Desse modo, os cortes na RAPS ofendem leis nacionais, tratados internacionais e diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) (SENADO NOTÍCIAS, 2022). Assim como, investimentos para instituições privadas de caráter manicomial descumprem direitos adquiridos pela PNSM e denotam um retrocesso da luta antimanicomial (MINUTOS PSÍQUICOS, 2022). Em relação aos dados sobre a saúde mental, estes não foram divulgados (SENADO NOTÍCIAS, 2022). Isso me faz pensar sobre a ausência de publicação pormenorizada a respeito dos dados de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes nos anos de 2020 a 2022.

Apesar de buscar os dados referente aos anos de 2020 a 2022, não os encontrei e isso revela a principal característica do governo Bolsonaro, que é o negacionismo (DUARTE & CÉSAR, 2020). Por meio de discursos enganosos ou baseado na omissão de posicionamentos, a lógica adotada pelo negacionismo do governo Bolsonaro parte do ponto central de que se não é divulgado nada violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2020 e 2022, logo o fato não existe, ou eu não preciso me implicar em falar sobre ele.

Isso pode gerar na população confusão em relação a como está o cenário de violência sexual contra este público. Sabe-se que, o negacionismo tem como objetivo a disseminação e o fomento de confusões e dúvidas (DUARTE & CÉSAR, 2020). O Governo, ao não divulgar o que lhe compete, deixa um abismo e uma angústia em quem pensa e busca estratégias de enfrentamento ao abuso e a exploração de crianças e de adolescentes.

CAPÍTULO 2 – REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Neste capítulo, apresento algumas formas de sofrimento que podem ser decorrentes de uma experiência de violência sexual na infância e/ou adolescência. Inicialmente, exponho os possíveis impactos para a criança, o adolescente e seus familiares. Em seguida, mostro as possíveis repercussões referente às mulheres que passaram por tal experiência.

2.1 Repercussões na Saúde das Crianças, Adolescentes e seus Familiares

A prática de violência sexual pode gerar “danos físicos, emocionais, sexuais e morais”, os quais prejudicam em demasia à saúde e o bem-estar da criança e do adolescente (GUIMARÃES & MELO, 2020, p. 6). Lembrando que os sintomas e sinais são muito distintos e, mesmo quando as nomenclaturas são as mesmas, os sintomas podem ser sentidos de formas muito singulares por cada criança e adolescente. Existem casos em que mesmo com a violência sexual não há a presença visível dos sintomas (BRASIL, 2015), o que não significa a inexistência de sofrimento.

Alguns dos sintomas mais citados na literatura são: elevado nível de ansiedade, profunda tristeza, distúrbios em relação ao processo de ensino e aprendizagem na escola, transtornos alimentares, instabilidade emocional, confusão emocional em relação à figura do abusador (presença de amor e ódio), o que dificulta para a pessoa estabelecer no futuro relações afetivas, sexuais e amorosas saudáveis (BRASIL, 2015), e por fim, distúrbios afetivos (GUIMARÃES & MELO, 2020).

No tocante a este último, pode vir através de uma depressão, com uma alteração no humor como a apatia, pensamento suicida, desinteresse pelos brinquedos e pelo brincar, crises de choro recorrentes, sentimento de culpa, vergonha, uma desvalorização de si e baixa autoestima (GUIMARÃES & MELO, 2020). Segundo Mello e Dutra (2008), crianças e adolescentes que sofrem violência sexual experienciam afetos não positivos. Com isso, as suas relações tanto familiares quanto com pessoas próximas podem passar a ser compreendidas de maneira conflituosa e podem trazer os sentimentos destacados acima. Os autores salientam ainda que a criança e o adolescente que está em situação de violência sexual se desenvolve com a marca dessa experiência na sua história. Essa marca pode trazer percepções distorcidas a respeito de si.

Uma criança que sofreu de violência sexual tem vários aspectos de seu desenvolvimento prejudicados, dentre eles: a segurança, a confiança, o poder, o controle, o

sistema de valores e a intimidade (MELLO & DUTRA, 2008). Com tais aspectos abalados, a criança pode se sentir incapaz e isso pode trazer os sentimentos de culpa, raiva, abandono, decepção. Podendo, a longo prazo, desenvolver prognósticos de depressão, bem como, comportamentos autodestrutivos e de autodesprezo (MELLO & DUTRA, 2008).

O Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde ressalta que manifestações físicas, comportamentais e emocionais que decorrem da violência sexual são expressadas de maneira singular por cada criança e adolescente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022). Para tanto, é importante notar o estágio de desenvolvimento da criança, a época em que a violência aconteceu, a gravidade da violência, a relação entre o perpetrador (quem comete a violência) e a criança e a duração desse abuso (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022). Segundo o relatório citado acima, as crianças que sofrem violência sexual na infância podem desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, pensamentos e comportamentos suicidas.

Borges e Dell’Aglío (2008), interessadas em compreender a relação entre o abuso sexual na infância e a prevalência de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), pontuam que para avaliar o TEPT em crianças importa observar o que o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde destacou acima (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002). Nesse sentido, o tipo de violência (com ou sem contato físico), a idade da criança e do abusador, a duração da violência, relação com o abusador, presença de ameaça e o contexto da revelação para os familiares foram considerados fatores de risco para o desenvolvimento do TEPT (BORGES & DELL’AGLIO, 2008).

Ao analisar os pontos ressaltados sobre o contexto da violência sexual, é possível perceber a gravidade dos efeitos dessa experiência e notar que são diferentes para cada pessoa (SAMPEDRO, 2019). A autora complementa que em relação a duração do abuso, quanto mais ele perdurar, mais consequências negativas poderá trazer. Referente a relação afetiva entre o abusador e a vítima, quanto mais próximos, mais conflituoso pode ser para a criança e a adolescente. Nessa análise, a diferença de idades se mostra importante para entender como é a relação de poder exercida entre o abusador e a vítima. Sampedro (2019) afirma que a ausência de figuras parentais pode trazer um imenso dano psicológico. Nessa perspectiva, identificar o tipo de violência, mostra-se fundamental, dado que quanto mais invasiva, maiores podem ser as consequências. Assim, todas essas características ajudam a compreender como cada criança e adolescente elabora a vivência da violência sexual.

Por sua vez, no tocante aos fatores de proteção, se a criança e o adolescente têm relações de afeto seguro com a família (cuidadores não violentos), rede de apoio social (amigos), ações de cuidado e intervenções imediatas após relatar para alguém sobre a violência sexual sofrida, é possível que os efeitos da experiência da violência sejam minimizados em grande escala (BORGES & DELL'AGLIO, 2008).

Sampedro (2019), ressalta que a experiência de violência sexual na infância e adolescência pode provocar disfunções emocionais e comportamentais como dificuldade na concentração, medo, choros recorrentes, pesadelos, comportamento sexualizado e enurese. Mais uma vez, ressalto que os sintomas são sentidos de forma diferente por cada pessoa que tenha sofrido a violência sexual. Desse modo, devemos olhar para os sintomas de uma maneira individual e singular, isto é, a partir da perspectiva trazida pela aquela pessoa em específico, no entanto, sem perder de vista o sofrimento coletivo oriundo dessa experiência que aponta para um problema de ordem social (GUIMARÃES & MELO, 2020). Vale lembrar que, quando uma criança ou adolescente sofre violência sexual, a família sente as repercussões dessa vivência, inclusive de maneira inconsciente, visto funcionar a partir de um sistema interligado (GUIMARÃES & MELO, 2020).

A partir dessa perspectiva, a família pode receber essa experiência dolorosa e ser impactada por um período marcado por profundas mudanças no funcionamento desse organismo familiar, com alterações nos comportamentos do dia-a-dia, nos comportamentos em relação à comunidade e à escola. A experiência da violência sexual pode provocar na família mudanças no sentido de ficarem mais atentos, a fim de proporcionarem proteção e cuidado à criança e ao adolescente (GUIMARÃES & MELO, 2020).

Nesse sentido, pode também evocar na família sentimentos negativos que podem trazer um grande mal-estar físico oriundo de questões psicológicas, que são os chamados sintomas psicossomáticos. Desse modo, formas de adoecimento que não existiam anteriormente passam a fazer parte do cotidiano da pessoa. Como exemplos desses adoecimentos psicossomáticos que podem surgir na pessoa que sofreu a violência sexual e/ou em membros de sua família Guimarães e Melo (2020) elencam:

insônia, dores musculares, estresse, pressão alta, depressão, isolamento social e afastamento familiar, pensamentos suicidas, choro constante, negligência, baixa autoestima, tristeza, sentimento de culpa e abandono, medo, vergonha do corpo, má alimentação e falta de interesse por atividades que realizava antes (p. 10).

Diante disso, o cuidado e a proteção em relação às crianças e adolescentes mostra-se de suma importância, bem como o cuidado e a proteção em relação aos seus familiares, uma vez que não só quem sofreu a violência sexual fica vulnerável como também a sua rede de apoio (GUIMARÃES & MELO, 2020). Conforme dito anteriormente, as consequências e formas de sofrimento advindos da experiência da violência sexual podem ser diversos, especialmente se não for dado o devido cuidado. Nesse sentido, pensar em oferecer estratégias de cuidado para crianças e adolescentes, e também mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência se apresenta como algo urgente e indispensável.

2.2 Repercussões na Saúde Mental das Mulheres

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2022), divulgou por meio do seu portal eletrônico o Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013–2030 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). De acordo com o Plano, saúde mental é compreendida como parte que integra a saúde e o bem estar das pessoas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), entende-se por saúde um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças ou enfermidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). Ademais, complementam que a saúde mental pode sofrer impactos de fatores socioeconômicos, os quais precisam ser pensados por meio de estratégias amplas de promoção, prevenção, tratamento e recuperação em uma abordagem governamental como um todo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021).

O referido plano afirma que os transtornos mentais relacionados à violência doméstica e abuso são uma preocupação crescente, especialmente para a saúde das mulheres (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). Com o objetivo de proteger crianças e adultos contra abusos, o Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013–2030 defende a necessidade de se introduzir e fortalecer as redes e sistemas comunitários de proteção a este público (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). Nesse sentido, preservar uma boa saúde mental e bem-estar são essenciais para todos os indivíduos, pois ao fazer isso, é possível cultivar o potencial humano para lidar com os desafios da vida de forma satisfatória e resiliente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021).

Todavia, conforme apresentado no tópico anterior, mulheres que passam por uma situação de violência sexual ficam com o registro dessa experiência em sua vida, o que pode trazer impactos em sua saúde mental de variadas formas (MELLO & DUTRA, 2008). Apolinario (2020) fez um estudo relacionando a violência sexual na infância com o

aparecimento de disfunções sexuais e diferentes transtornos mentais na vida da mulher. Segundo o autor, mulheres que tenham sofrido violência sexual na infância tem maior incidência de desenvolverem depressão, transtornos de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e transtornos alimentares.

Em seu trabalho, Apolinario (2020) pontua que essas mulheres muitas vezes desenvolvem baixa autoestima, habilidades interpessoais frágeis, maior suscetibilidade ao estresse, intensidade de somatizações, uso abusivo de substâncias e tentativas de suicídio. Mulheres que sofreram violência sexual na infância tendem a experimentar emoções negativas em relação ao sexo como culpa, medo e nojo, que são entendidas como consequência da quebra de confiança e da vergonha que estão ligadas às situações de violência vivenciada na infância (APOLINARIO, 2020).

De acordo com Sampedro (2019), no momento do sexo, os sentimentos de medo e vergonha podem ser associados ao toque físico que recebeu na violência sexual e ao invés da mulher receber o toque como carinho, o recebe como algo aversivo. Cabe ressaltar que a relação afetiva é percebida como uma relação de dominação e submissão e não como uma relação de reciprocidade. Durante o ato sexual, as mulheres podem reviver as dores que sofreram por meio de *flashbacks* e outros sintomas, que podem tornar a atividade sexual extremamente dolorosa e aversiva (SAMPEYRO, 2019). Portanto, mulheres que sofreram violência sexual na infância com certa frequência apresentam insatisfação e sofrimento associados ao sexo (APOLINARIO, 2020).

Conforme o exposto, percebemos que os impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância podem perdurar ao longo da vida e não apenas se centrar na época em que aconteceu a violência (APOLINARIO, 2020). Isso converge com o que Sampedro (2019) pontua em seu trabalho a respeito das consequências da violência sexual se apresentarem de maneira tanto imediata quanto longitudinal. Com isso, a autora entende que a saúde da pessoa que sofreu a violência não está prejudicada apenas no momento do ápice do seu sofrimento, mas posterior a ele também.

Dessa forma, ela defende que se deve ter o cuidado de observar atentamente essas mulheres, a fim de se oferecer o cuidado mais integral possível, pois sofrimentos podem ficar escondidos e só serem percebidos anos depois em forma de depressão e ansiedade, por exemplo (SAMPEYRO, 2019). Ademais, em seu trabalho foi pontuado existir um enorme sofrimento ao longo da vida das mulheres que sofreram violência sexual na infância, sofrimento este que ficou silenciado por anos e trouxe impactos na vida delas da infância até a

vida adulta. Elas compartilharam sofrer com diversos sintomas físicos e psicológicos como fibromialgia, doenças crônicas generalizadas e depressão e afirmam que “o tempo não cura todas as feridas” (SAMPEDRO, 2019, p. 17). A autora destaca ainda que essas mulheres apresentam dificuldade de estabelecerem vínculos afetivos, demonstrando uma resistência em confiar nas pessoas.

Vale a pena reforçar que as mulheres que sofrem violência sexual podem ter consequências para a sua saúde física e sexual, bem como, para a saúde psicológica e também sociais e econômicas (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Em relação as consequências físicas e sexuais, as mulheres podem ter “infecções sexualmente transmissíveis (IST), HIV/ AIDS, gravidez indesejada, parto prematuro, abortos em condições precárias, dores, hematomas e escoriações, sequelas físicas e neurológicas e feminicídio” (p. 16).

Como consequências psicológicas podem surgir “medo, culpa, ansiedade, depressão, tristeza, solidão e baixa autoestima, ideação suicida, estresse pós-traumático, síndrome do pânico e dificuldades de relacionamento” (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020), p. 16). No tocante as consequências sociais e econômicas, “culpabilização da vítima, estigmatização, rejeição, diminuição da capacidade laboral, aumento da pobreza, risco de voltar a ser vítima de violência, abandono escolar, aumento da vulnerabilidade socioeconômica” (p. 17).

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Destaca-se que a presente pesquisa é de cunho qualitativo (DEMO, 2001). Importa dizer que um dos pontos relevantes para a pesquisa qualitativa diz respeito ao conceito de intensidade, o qual é dotado de ambiguidades, característico de fenômenos complexos. Para Demo (2001), a pesquisa qualitativa se ocupa em esmiuçar a profundidade, individualidade, não-linearidade, politicidade e processualidade dos fenômenos.

De acordo com Demo (2001), a complexidade é esse todo composto por múltiplas partes ambivalentes. Por sua vez, a profundidade é o foco na intensidade do fenômeno, sem desconsiderar a análise da sua extensão. A individualidade é o respeito a subjetividade daquele indivíduo objeto de pesquisa, visto que, em pesquisa qualitativa, o objeto de estudo é, em alguma medida, o sujeito. A não-linearidade refere-se a inconstância dos fenômenos, posto que não são iguais. Assim, na não-linearidade, as generalizações dos fenômenos são realizadas com o olhar voltado para aquele indivíduo objeto de estudo, portanto, as generalizações são da história de vida dele e não uma regra absoluta para todos os seres humanos. A politicidade é a possibilidade do sujeito e também da realidade de fazer história própria, tendo em vista que há em si potencialidades de negociação de sua história por meio do manejo do conhecimento. Diz respeito a criar e administrar a própria história, focando na capacidade de fazer das limitações oportunidades. A processualidade corresponde a incessante dinâmica irregular dos fenômenos, os quais estão atrelados a não-linearidade, posto que, em pesquisa qualitativa, não existem fenômenos estáticos e definitivos (DEMO, 2001).

Dito isso, o método utilizado para a produção das informações qualitativas na presente pesquisa foi a entrevista narrativa, tal como descrita por Eduardo Vasconcelos (2006). Assim, a entrevista narrativa teve como foco a escuta e a construção acerca da história de vida, do sofrimento e do processo de recuperação de cada participante envolvida na pesquisa (Almeida, 2021). Pode-se dizer que um dos objetivos dessa forma de entrevista é explorar e esmiuçar as particularidades de cada participante, em conjunto com sua história de vida (VASCONCELOS, 2006). Segundo Vasconcelos (2006) a entrevista narrativa possibilita um espaço seguro com a finalidade de resgatar o poder da voz das pessoas, no caso específico desta pesquisa, mulheres silenciadas em suas histórias de violência sexual. Neste sentido, o conceito de empoderamento é fundamental para Vasconcelos (2006) no contexto das entrevistas narrativas e significa “o aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de

indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social” (p. 321).

Nessa perspectiva, as narrativas, além de mostrarem que o processo de recuperação é possível e diverso, tendo em vista que depende da elaboração de cada pessoa, que pôde utilizar de estratégias muito distintas, elas possibilitaram que as participantes revisitassem lugares muito dolorosos de suas vidas, o que vai exigir delas certa resiliência para lidar com conteúdos emocionais e prosseguir na sua elaboração, visando resgatar o seu protagonismo e vida social ativa (VASCONCELOS, 2006). Para tanto, coube a pesquisadora ter muito cuidado e atenção, a fim de que conteúdos trazidos nas narrativas não fossem reprimidos, tampouco deixados de lado as dificuldades, as situações, os aspectos mais dilaceradores da história trazida, bem como as questões atuais latentes experienciadas.

As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas, inspirados no modelo proposto por Vasconcelos (2006), com o intuito de iniciar uma conversa com as participantes que contaram a sua história de violência sexual sofrida e seu processo de recuperação. Importa ressaltar que as violências compartilhadas pelas participantes foram de abuso sexual na infância e/ou adolescência. Destaco que foram realizadas duas entrevistas narrativas com mulheres diferentes. A primeira foi Joana de 51 anos de idade, natural da Bahia, que trabalha com a arte e a segunda foi Gisele de 26 anos, de Brasília, professora e também estudante do curso de Psicologia. As entrevistas tiveram duração de 1h54 minutos e 1h20 minutos respectivamente.

Vale destacar que as narrativas, produzidas a partir das entrevistas, foram analisadas utilizando a hermenêutica de profundidade, a qual se debruçou a compreender como o discurso que nutre as relações de poder (DEMO, 2001). Importa dizer que as entrevistas foram transcritas e, posteriormente, enviadas para as entrevistadas, que revisaram as narrativas antes delas serem incorporadas ao presente trabalho. Dentro desse trabalho de revisão, mais uma vez, elas autorizaram que ambas as narrativas fossem divulgadas como forma de contribuir para a construção da pesquisa. Coube à pesquisadora, analisar as falas, focando não apenas em apreender os sentidos visíveis delas, mas especialmente aqueles que apareceram nas entrelinhas.

A ênfase dessa metodologia é que o objeto de análise decorreu de uma construção simbólica significativa, que demandou das pesquisadoras um processo de interpretação aberto a possibilidades infinitas de compreensão (DEMO, 2001). A partir da releitura de Demo (2001) em relação à metodologia de Thompson, o esforço na análise vai no sentido de não

reduzir tudo analisado em pesquisa a um mero objeto formal, que é uma herança do positivismo. Segundo Demo (2001), na visão de Thompson, fenômenos sociais são formas simbólicas, as quais são construídas pelos sujeitos inseridos em uma cultura e em um período histórico e a análise deve ser sensível a isto.

Assim, conforme pontua Demo (2001), Thompson desdobra a hermenêutica de profundidade em 3 fases, sendo elas: a análise sócio-histórica; a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. A análise sócio-histórica preza por contextualizar as dimensões sociais e históricas nas quais o fenômeno estudado se insere, uma vez que fenômenos sociais não estão isolados no mundo. Por sua vez, a análise formal ou discursiva visa estruturar o objeto de análise da pesquisa qualitativa a partir de uma perspectiva norteadora. No caso da presente pesquisa, a análise narrativa que compreende acompanhar a estrutura da narrativa de uma história de vida, observando as dinâmicas relacionais, as pessoas envolvidas nas histórias, bem como as funções exercidas por cada pessoa. Por fim, a interpretação/reinterpretação que utilizam como base para a sua síntese a análise sócio-histórica e a análise formal. Aqui, a interpretação é marcada também pela criatividade da pesquisadora em relação a construção de significado do que está sendo dito pelas participantes. A reinterpretção, para ir além de interpretar um campo previamente interpretado, deve focar seus esforços em realizar uma reconstrução crítica.

Nesse sentido, há uma desconstrução da mensagem na intenção de ir além do sentido que está sendo trazido, com atenção no que a pessoa está tentando falar, no que fala, bem como no que não traz no discurso (DEMO, 2001). Em continuidade, é levantado por parte da pesquisadora um significado possível e que pode ser diferente do trazido pelos sujeitos na fase sócio-histórica. Portanto, o exercício aqui é o de prezar por uma escuta crítica apurada no sentido de buscar compreender os possíveis significados contidos em uma informação qualitativa à medida que questionamos os seus infinitos sentidos. Dito isso, apresento no capítulo seguinte as análises a partir das duas entrevistas realizadas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

No quarto capítulo, são apresentadas as análises das informações qualitativas das narrativas desenvolvidas com base na hermenêutica de profundidade (HP) de Thompson, que foi revisada por Demo (2001). Essas narrativas foram construídas com inspiração no método de Vasconcelos (2006) e contaram com a participação de duas mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. Para tanto, as narrativas foram discutidas por meio das três etapas de análise que compõem a HP: a análise sócio-histórica; a análise formal e a interpretação/reinterpretação (DEMO, 2001).

4.1 Análise sócio-histórica

Esse tópico tem o objetivo de apresentar o contexto social e histórico em que o fenômeno (no presente estudo impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência) foi pesquisado (DEMO, 2001). Pois, de acordo com Demo (2001), compreender o campo sócio-histórico é parte indispensável do trabalho em pesquisa qualitativa, uma vez que tal campo é ao mesmo tempo campo-objeto e campo-sujeito. Uma vez que fenômenos sociais são construções simbólicas significativas que revelam o contexto social e histórico em que estão inseridos. A partir do momento em que tomamos ciência de tal contexto, conseguimos compreender melhor o fenômeno.

Para tanto, faz-se necessário dizer que a presente pesquisa foi realizada dentro do contexto de violência sexual nos estados do Distrito Federal (DF) e da Bahia (BA). Neste tópico, vou apresentar algumas informações sobre os serviços e as instituições que são responsáveis para que o cuidado possa ser garantido quando violações de direito acontecem. Assim, serão destacados os serviços e instituições de enfrentamento à violência contra as mulheres, crianças e adolescentes tanto do DF quanto da BA.

No tocante ao contexto infantojuvenil, apresento as Delegacias de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) (BRASIL, 2019), os Conselhos Tutelares (CT) (CORRÊA & HOHENDORFF, 2020) e o Centro Integrado 18 de Maio (BRASIL, 2018; BRASIL, 2022c). Abordo ainda sobre os Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV) (BRASIL, 2019b), Disque 100 (BRASIL, 2022b) e Canal de Atendimento (Ligue 180) (BRASIL, 2022e).

Nesse momento, é importante lembrar que Joana tem 51 anos e foi violentada sexualmente em Salvador, local em que morava, no período de 1981. Gisele, por sua vez, tem

26 anos e sofreu violência sexual em Brasília no período de 2002. Na história de Joana ela ressaltou com muito pesar que em 1981 não existia conhecimento sobre violências, tampouco violência sexual contra criança e adolescente, assim como, não haviam canais de proteção aos direitos deste público nem “delegacia da mulher, não tinha política pensada sobre isso” (Joana, 2022, p. 6). Todavia, na narrativa de Gisele, em 2002, ela relata se lembrar de “ter ido na delegacia da criança e do adolescente, de ter conversado com a psicóloga, de ter contado o que acontecia” (Gisele, 2022, p. 3).

Repara-se, que de 1981 na Bahia para o ano de 2002 em Brasília, há uma diferença sócio-histórica relevante a ser discutida, conforme procedimento metodológico da Hermenêutica de Profundidade (DEMO, 2001). Ressaltando que em 1988 a Constituição Federal (CF) foi promulgada trazendo à luz os direitos fundamentais de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Em 1990, para proteção das crianças e dos adolescentes, entra em vigor o ECA (BRASIL, 1990).

Na Bahia, em 1994, foi criado o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), que idealizou a primeira campanha de combate à violência sexual no Brasil (CARDOZO, 2018). Segundo Sotero e Faria (2013), em 2002, foi criada a 1ª Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e ao Adolescente (DERCCA). De 2002 até os dias atuais, apesar de inúmeros pedidos de criação de mais uma unidade, a Bahia continua com apenas uma DERCCA, totalizando 20 anos com uma única delegacia especializada de atendimento a criança e ao adolescente (CARDOZO, 2018). No DF, a delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) foi criada em 1999 (BRASIL, 2019).

Côrrea e Hohendorff (2020) lembram que em se tratando de proteção às crianças e adolescentes faz-se necessário uma rede de cuidados constituída por vários serviços que trabalham de maneira articulada, com intervenções definidas, buscando um atendimento qualificado. Em geral, os CT são os primeiros a terem conhecimento sobre os casos e fazem os encaminhamentos para as DPCA. As delegacias fazem parte da segurança pública, nelas e nos CT são realizadas as notificações de violência sexual. Ao ser constatada a violação dos direitos da criança e do adolescente, a investigação é encaminhada para o Ministério Público (CORRÊA & HOHENDORFF, 2020).

Vale destacar que a polícia civil faz parte da rede de proteção deste público (CORRÊA & HOHENDORFF, 2020) e as DPCA compõem esta instituição (BRASIL, 2019). Segundo Côrrea e Hohendorff (2020), no decorrer do processo de investigação, a depender de como

são feitas as intervenções no âmbito policial e da justiça, o processo pode provocar danos secundários nas crianças e adolescentes. Conforme ressalta a promotora de Justiça do Estado da Bahia, Márcia Guedes, a criança e o adolescente cada vez que precisa relatar sobre os fatos, ela, em alguma medida, acaba revivendo a situação sofrida, especialmente se os depoimentos não são colhidos de forma adequada consoante dispõe a Lei nº 13.431 de 2017 (CARDOZO, 2018).

Com a intenção de diminuir os efeitos secundários na vida das crianças e adolescentes em relação aos depoimentos prestados (CORRÊA & HOHENDORFF, 2020), a referida lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (BRASIL, 2017). A Lei nº 13.431, em seus artigos 7º e 8º, prevê escuta especializada e depoimento especial para este público em se tratando de denúncia de violência sexual (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, a DPCA do DF realiza a oitiva da criança e do adolescente respeitando o previsto na lei (BRASIL, 2019). De modo a considerar o estágio de desenvolvimento da criança e do adolescente, a realização do depoimento especial é feita na DPCA em seções específicas. Em se tratando de crianças, a oitiva é realizada na Seção de Depoimento Especial de Crianças (SDC) e em relação aos adolescentes existe a Seção de Depoimento Especial de Adolescentes (DAS). Nessas seções, a equipe de agentes de polícia é composta por profissionais de diferentes áreas de formação, a saber, psicólogos, psicopedagogos, psicanalistas e pedagogos (BRASIL, 2019). De acordo com a promotora de Justiça do Estado da Bahia, Márcia Guedes, o respectivo Tribunal de Justiça está em deliberação a respeito da construção de novas salas para a oitiva de crianças e adolescentes, a fim de que as salas fiquem em conformidade com o previsto na Lei 13.431 (CARDOZO, 2018).

No tocante às narrativas, Joana não pôde recorrer a Justiça tampouco a polícia, pois, conforme dito anteriormente, a 1ª a única DERCCA foi criada em 2002 (SOTERO & FARIA, 2013) e a violência sexual que ela sofreu foi em 1981, anterior ainda a promulgação da CF (BRASIL, 1988). Em relação à Gisele, ela compartilha que foi até a DPCA, haja vista que a violência ocorreu em 2002 e no DF já havia DPCA desde 1999 (BRASIL, 2019).

Sabendo que os serviços judiciários e policiais exercem suas funções por meio de uma rede articulada de cuidados (CORRÊA & HOHENDORFF, 2020), pode-se dizer que essa rede de cuidados também faz o papel de rede de apoio das crianças e adolescentes que sofreram violência sexual e não ter um serviço especializado nem profissionais com formação qualificada para cuidar deste público, prejudica a elaboração dos sofrimentos decorrentes

dessa experiência, assim como, a adequada responsabilização das pessoas que cometem esse crime. Evidenciam-se esses prejuízos na história de Joana que afirma que se ela tivesse tido esses suportes e, amplio aqui para suportes legais e policiais, possivelmente teria ressignificado os seus sofrimentos de uma outra maneira e em momentos anteriores de sua vida.

Percebe-se também uma indignação por parte de Joana em relação a não responsabilização dos dois homens que cometeram violência sexual contra ela em diferentes períodos da vida. Ela relata que em um dado momento foi atrás do seu tio que era do Exército em busca de que ele fizesse algo em relação às violências que vinha sofrendo, haja vista que para ela “ele é autoridade. Vai fazer alguma coisa” (Joana, 2022, p. 27). No entanto, ela se depara com “eu não posso fazer nada” (Joana, 2022, p. 27) do seu tio. Aqui, ela expressa que vinha procurando ajuda¹, inclusive das autoridades do poder, porém não conseguia encontrar amparo em ninguém.

Em relação à Gisele, apesar de ter ido a DPCA, de ter conversado com a psicóloga, ela percebe que esse encontro foi pontual com o intuito de “investigar o que eu ia falar sobre o que aconteceu” (Gisele, 2022, p. 8). Gisele compartilha que depois desse encontro “não tive nenhum tipo de acompanhamento, não fui pra psicóloga” (Gisele, 2022, p. 3). Assim, nota-se que ela não se sentiu contemplada na proteção integral dos seus direitos, posto que não teve o apoio que julgava ser imprescindível tanto por parte da delegacia quanto da sua família. Inclusive, Gisele relata sentir “um pouco de raiva dessa situação toda do fato de eu não ter tido nenhum suporte” (Gisele, 2022, p. 8). O suporte que ela entende que seria fundamental para elaborar os seus sofrimentos é justamente o acompanhamento psicológico que ela não teve.

No DF, em outubro de 2016, foi inaugurado o Centro Integrado 18 de Maio, um serviço de atendimento integrado e humanizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (BRASIL, 2018). Esse centro foi criado para oferecer cuidado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual e conta com uma equipe de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos capacitados no atendimento e na escuta especializada, haja vista que evitam a revitimização (BRASIL, 2022c).

Tal serviço compõe o Programa Criança Candanga, que articula programas e projetos nas áreas da saúde, educação, segurança, cultura, mobilidade, esporte, lazer e turismo, cidadania, assistência social, direitos humanos e infraestrutura voltados à criança e ao

¹ Destaca-se que essa situação será abordada mais detalhadamente no tópico 4.2.4.1 Ausência de Rede de Apoio.

adolescente no DF (BRASIL, 2018). Insta salientar que, em 2002, quando Gisele sofreu a violência sexual, não havia o Centro Integrado 18 de Maio, haja vista que ele foi criado em 2016. Portanto, este serviço ainda não estava disponível para Gisele.

O Centro 18 de Maio faz parte da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) e oferece serviços gratuitos especializados em atendimento a este público (BRASIL, 2022c). Tendo como objetivo a proteção integral de crianças e adolescentes, são realizados encaminhamentos a variados serviços públicos como saúde, assistência social, defensoria pública, DPCA, Vara da Infância e Adolescência, promotorias de defesa da infância e juventude de clínicas escolas parceiras (BRASIL, 2022c). No que tange aos encaminhamentos, podem ser feitos para ambulatórios de atenção à saúde as pessoas vítimas de violência sexual como também para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) (BRASIL, 2022c).

É importante dizer que os CAPS acolhem pessoas que estão em sofrimento psíquico grave e persistente, incluindo pessoas com sofrimento em decorrência do uso de crack, álcool e outras drogas (BRASIL, 2022d). Por sua vez, os CAPSi recebem especificamente crianças e adolescentes em intenso sofrimento psíquico, inclusive os decorrentes ao uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2011). Os CAPS atendem a população descrita acima, em sua base territorial, de maneira articulada com os outros pontos de atenção da rede de saúde. Portanto, os CAPS priorizam por atividades em espaços coletivos como grupos terapêuticos, assembleias de usuários, reunião diária de equipe (BRASIL, 2011).

No DF, em 2012, com a Portaria nº 141, foi criado o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância às Violências (PAV) (MOLL, 2016). Com isso, surgiram, as primeiras unidades a fazer o acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência. Essas unidades foram as dos Hospitais Regionais de Taguatinga, de Ceilândia e da Asa Norte e as duas que funcionam no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) da Asa Sul (MOLL, 2016). Em 2019, a Portaria nº 942, em seu artigo 1º, prevê que o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância às Violências (PAV) passa a se chamar Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV) (BRASIL, 2019b).

Assim, o CEPAV é considerado um centro de referência no atendimento às pessoas em situação de violência sexual, familiar e doméstica, em todos os ciclos de vida e estão localizados em ambulatórios de atenção secundária nos hospitais ou nas policlínicas conforme artigos 2º e 6º da referida portaria (BRASIL, 2019b). O CEPAV tem como objetivo oferecer

acolhimento e atenção integral às pessoas em situação de violência descritas acima a partir de uma atuação em equipe interdisciplinar especializada, integrada à Rede de Atenção à Saúde (RAS) (BRASIL, 2019b). Ademais, o atendimento deve ser pautado em uma abordagem biopsicossocial (BRASIL, 2019b). Vale destacar que, em 2022, quando Gisele sofreu a violência sexual, não havia o PAV, uma vez que ele foi criado em 2012 e em 2019 passou a se chamar CEPAV. Dessa forma, não havia como ela procurar este serviço.

Portanto, há no DF atualmente uma atuação em rede para ofertar atendimento especializado e de referência para as pessoas em situação de violência sexual, familiar e doméstica, os quais são conhecidos como “Flores em Rede” e são distribuídos pelas Regiões de Saúde do DF (BRASIL, 2022d). Insta salientar que há 17 unidades de CEPAV ou “Flores em Rede” distribuídos pelas regiões de saúde do DF (BRASIL, 2021c). A seguir, apresento os nomes e as localidades dos CEPAV do DF (MOLL, 2016).



CEILÂNDIA

Hospital Regional de Ceilândia (HRC)
QNM 27, Área Especial 1



PLANO PILOTO - Asa Sul

Hospital Materno-Infantil de Brasília (Himib)
Setor de Grandes Áreas Sul, Quadra 608



GAMA

Hospital Regional do Gama (HRG)
Setor Central, EQ 47/49



PLANO PILOTO - Asa Norte

Centro de Orientação
Médico-Psicopedagógica
Quadra 501 Norte, Bloco B



GUARÁ

Hospital Regional do Guará (HRGu)
Área Especial, QI 6, Guará I



PLANO PILOTO - Asa Norte

Hospital Regional da Asa Norte (Hran)
Setor Médico-Hospitalar Norte,
Quadra 101



NÚCLEO BANDEIRANTE

Centro de Saúde nº 2
Terceira Avenida, Área Especial 3



RECANTO DAS EMAS

Centro de Saúde nº 2
Quadra 102, Área Especial 1,
Avenida Recanto



PARANOÁ

Hospital da Região Leste (HRPA)
Setor Hospitalar, Quadra 2,
Conjunto K, Lote 1



SANTA MARIA

Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)
Quadra AC 102, Conjuntos A, B, C e D



Fonte: Secretaria de Saúde do DF. Edição de Arte portal Agência Brasília (MOLL, 2016).

Vale destacar que são serviços de portas abertas, isto é, ao chegar alguém no CEPAV, a função dos profissionais é oferecer atendimento de imediato (BRASIL, 2022d). Porém, há a possibilidade de agendamento por telefone pelo próprio usuário do serviço, bem como, que profissionais da saúde, justiça e da educação realizem encaminhamentos para os CEPAV (BRASIL, 2022d). Segundo Moll (2016), existem pessoas que são encaminhadas pela justiça, conselhos tutelares, rede de saúde e assistência social. As equipes do CEPAV são compostas por assistentes sociais, equipe de enfermagem, psicólogos, técnicos administrativos e equipe médica de referência (Ginecologia, Pediatria, Psiquiatria) (BRASIL, 2019b).

Em relação aos canais de proteção contra violações de direitos humanos, em 2003, foi criado o Disque 100 (GARCIA, 2017), o qual funciona 24 horas, portanto, é um serviço de ajuda imediata, no qual a pessoa pode denunciar o que está acontecendo consigo ou algum fato de que tenha conhecimento (BRASIL, 2022b). Esse canal analisa e encaminha violações de direitos referente a crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, dentre outros grupos aos órgãos competentes, possibilitando o flagrante (BRASIL, 2022b).

Outro serviço relevante é o canal de atendimento à Mulher (Ligue 180), o qual foi implementado pelo governo em 2005 (SILVA, 2021) e funciona também 24 horas, oferecendo a escuta qualificada às mulheres em situação de violência, registrando e encaminhando as

denúncias feitas aos órgãos competentes (BRASIL, 2022e). Além disso, o serviço fornece informações referente aos direitos da mulher como locais de atendimento próximos e pertinentes para cada situação (BRASIL, 2022e).

4.2 Análise formal

De acordo com Demo (2001), a análise formal tem a intenção de dar uma estrutura para o objeto de análise da pesquisa qualitativa com base em uma perspectiva que fundamenta metodologicamente o olhar para o objeto. No caso, foi escolhida a análise narrativa, que tem como finalidade acompanhar a estrutura da história de vida de duas mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. Nesse processo, foi observado as dinâmicas dos relacionamentos, as pessoas que apareceram nas histórias, bem como as funções exercidas por cada um.

Para Vasconcelos (2006), compartilhar a sua história de vida pode ser revisitar lugares dolorosos, mas sobretudo, é a possibilidade de se colocar como um sujeito que tem voz. Vasconcelos (2006) trabalha inspirado pelo conceito de empoderamento e estratégias de enfrentamento em relação a experiência de sofrimento intenso. Segundo ele, o ato de publicar narrativas é uma maneira de fortalecer ou “empoderar” (p.17) a voz individual de cada um que passa por experiências de sofrimento na vida e geralmente ficam silenciadas e deixadas à margem da sociedade. As narrativas funcionam como porta-vozes do coletivo de pessoas que vivenciaram a experiência da violência sexual, os fortalecendo a não ficarem mais assujeitados e os incentivando a procurarem ajuda.

Conforme Vasconcelos (2006), as narrativas não têm a função apenas de dar voz a uma pessoa, mas a empoderar o coletivo de pessoas, servindo de “inspiração e exemplo de que o processo de recuperação de uma vida pessoal e social afetiva é possível” (p. 17). Para o autor, empoderamento é: “o aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social” (p. 321).

Assim, o empoderamento não atinge somente a pessoa que está contando a sua história, mas também o grupo de pessoas que se identifica com a experiência compartilhada. Dessa maneira, pode-se dizer que o empoderamento tem uma capacidade de alcance muito grande a partir das narrativas (VASCONCELOS, 2006). Além de aumentar o poder e a autonomia dessas pessoas, as narrativas mostram que é necessário o engajamento na luta para que as instituições de saúde mental sejam transformadas para oferecerem uma atenção

pautada no cuidado, respeito e liberdade (VASCONCELOS, 2006) tal qual pleiteamos por meio da Luta Antimanicomial. Esta discussão salienta o caráter ético e político na escolha metodológica pelas entrevistas narrativas.

4.2.1 Entrevistas Narrativas

Neste tópico, introduzo as entrevistas narrativas construídas a partir do compartilhar das participantes sobre as suas histórias de vida em relação as experiências de violência sexual sofridas na infância e/ou adolescência. Na entrevista, foi perguntado de maneira aberta, quais foram os sofrimentos decorrentes de tal experiência, as estratégias de enfrentamento que desenvolveram e se tiveram rede de apoio.

As entrevistas foram realizadas com duas participantes. Posteriormente, foi realizada a transcrição das referidas entrevistas. Na sequência, iniciei a construção das narrativas e, ao terminar esse processo, as enviei para as participantes, a fim de que elas fizessem a revisão de suas histórias. Nesse momento, foi dada total liberdade para que elas acrescentassem, suprimissem ou modificassem algo que julgassem relevante nas narrativas. Após a revisão, as participantes, autorizaram a inserção de suas narrativas no presente trabalho. Assim, apresento a seguir a narrativa de cada uma com seus nomes alterados de modo que seja possível manter o sigilo de suas identidades. Em seguida, apresento as categorias de sentido, momento em que as entrevistas narrativas serão analisadas em conjunto e em articulação com a literatura. As categorias elencadas são: as camadas do sofrer, a força do empoderar-se, estratégias de enfrentamento e ausência de rede de apoio.

Entrevista Narrativa Joana

Joana, uma mulher de 51 anos de idade, natural da Bahia, que trabalha como artista, vem passando por um processo de resgate da sua identidade. Hoje, ela sabe e percebe que sofreu violência sexual na infância e na adolescência, porém na época, ela não tinha conhecimento disso.

Eu não tinha noção de que eu estava sendo violentada sexualmente. Eu só me sentia mal. Achava estranho. Às vezes tinha um conflito, porque às vezes era gostoso, mas era um misto de bem estar e estranheza. Então, assim eu só vim descobrir que eu tinha sido vítima de violência já adulta (Entrevista, 2022, p. 1-2).

Joana acredita que a descoberta de que sofreu violência sexual ao longo de sua vida aconteceu devido a sua maturidade e, principalmente, devido a maturidade da sociedade que começou a se importar com essas questões e a falar sobre. Em 1981, não era um assunto que

era abordado, as violências aconteciam sem as pessoas saberem que era violência, sem ter esse nome divulgado. Considera que hoje existe informação a respeito, o que a ajudou a perceber que vivenciou violências sexuais na infância e na adolescência.

A primeira memória de Joana em relação a violência sexual na infância foi quando ela era bem criança e estava tomando banho quando o tio dela abriu a porta do banheiro e pegou na bunda dela. Mesmo sendo muito pequena na época, ela afirma: “Eu me senti muito mal e fiquei com muita raiva desse meu tio. Eu não esqueci. Toda vez que ele chegava eu não gostava da presença dele” (Entrevista, 2022, p. 2). Foi uma das vezes que ela se sentiu invadida por alguém.

Certo dia, chegando na escola, o porteiro percebe que os seios de Joana estavam crescendo e ele pega nos seios dela com as pontas dos dedos, como em um beliscão e diz: “ó, as gudinhas dela já estão nascendo”. Gudinhas em associação a bolinhas de gude. Foi um momento em que ela tomou um susto e ficou paralisada. Mais uma vez, se sentiu invadida, pois em suas palavras: “Eu não imaginava que eu ia chegar na escola e o porteiro ia fazer isso comigo. E como você não tem informação, não tem conhecimento, você é criança, você não sabe o que fazer com aquilo” (Entrevista, 2022, p. 2).

Com cerca de 10 anos, Joana foi violentada sexualmente por um vizinho da sua amiga, que tinha entre 30 e 33 anos de idade. Joana e sua amiga estavam brincando e tomando sol no pátio do prédio de sua amiga, quando o sujeito se aproximou delas e começou a conversar com sua amiga, pois moravam no mesmo prédio. O homem era estrangeiro, com sotaque latino. A conversa que foi se desenvolvendo e terminou com o rapaz as convidando para irem na casa dele, que ele iria emprestar algo que ele tinha na casa dele para a irmã da amiga de Joana. Elas foram e chegando lá, viram um telefone, se empolgaram e disseram: “Vamos brincar de telefone?” (Entrevista, 2022, p. 4). Nessa hora, o homem disse para Joana que tinha outro telefone no quarto, que elas poderiam ficar brincando no telefone.

Assim, Joana se direcionou para o quarto, pegou um catálogo e ficou brincando de atendente telefônico com a amiga. Sem que Joana percebesse, o homem entrou no quarto, trancou a porta e começou a violentá-la sexualmente. Joana estava de short e blusa e o rapaz começou a passar a mão nela, nas pernas, em volta da cintura e seios. Além disso, ele também lambeu e beijou as coxas, virilha e vagina até chegar no pescoço. Na região pélvica, o homem beijou a sua vagina por cima do short e passou a mão por debaixo do short. Nesse momento, Joana ficou confusa, sentiu uma mistura de prazer e estranheza com tudo que estava acontecendo. “No começo, o toque era uma coisa boa, mas ao mesmo tempo eu comecei a

ficar assustada, incomodada e ele ia fazendo aquelas coisas” (Entrevista, 2022, p. 4). Segundo Joana:

Ora, você está recebendo, teoricamente, carinho e quem não gosta de carinho né? Mas ao mesmo tempo, você está recebendo o carinho de uma pessoa estranha, que você não pediu, não quer. A hora, o lugar, a pessoa está tudo fora de contexto. Então, o que no começo fica parecendo que é algo prazeroso, depois vira um sofrimento. (Entrevista, 2022, p. 1-2).

Aterrorizada com o que estava vivenciando, Joana em um pedido de socorro, fala com os dentes cerrados para sua amiga que estava do outro lado da extensão: “Venha aqui agora!” (Entrevista, 2022, p. 4). Na sequência, a amiga perguntou o que estava acontecendo e ela continuou: “Vem aqui agora pelo amor de Deus. Não pergunte o que é. Venha! Bata na porta do quarto por favor” (Entrevista, 2022, p. 4). Assim, a amiga bateu na porta, momento em que o homem parou de agir. Joana rapidamente correu para a porta do quarto, a abriu e saiu correndo com a amiga.

Nesse momento, Joana foi contando para a amiga o que estava vivenciando. Veio em Joana o sentimento de estar suja e a necessidade de querer se limpar. Ela fala: “Eu queria era um banho, eu queria álcool, cloro. Eu queria qualquer coisa que tirasse aquela agonia do meu corpo” (Entrevista, 2022, p. 5). Joana relata: “Estava me sentindo imunda e eu não sabia o que que tinha para me deixar limpa, porque eu passei a tomar banho e a sensação que eu tinha era que eu ainda não estava limpa” (Entrevista, 2022, p. 5). Mesmo contando tudo para sua amiga, ela não acreditou em sua palavra. Joana ficou muito indignada e rebateu: “Meu Deus por que que eu ia inventar isso? Qual o objetivo de eu inventar uma história dessas? Você não está vendo o meu estado?” (Entrevista, 2022, p. 5). Ainda sim, sua amiga continuou sem acreditar em Joana.

Em uma tentativa de elaborar e externar tudo o que viveu naquele quarto com aquele homem, Joana decidiu escrever sobre essa história em um diário. Ela nunca tinha feito um diário. Esse diário era um caderno de fácil acesso, então não tinha um cadeado nem algo parecido que ajudasse a resguardar o sigilo do que estava escrito. Assim, sua mãe acabou encontrando esse diário e lendo a história de violência sexual sofrida relatada por Joana. A mãe de Joana, preocupada com o que aconteceu, foi perguntar para a filha sobre a história escrita no diário e Joana contou tudo a ela.

Vale ressaltar que sua mãe acreditou em Joana diferentemente de sua amiga. Porém, por não saber o que fazer e, de fato, em 1981, não ter serviços nem canais de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes, a mãe de Joana diz a ela: “Seu pai não pode saber,

senão vai mandar pegar o homem” (Entrevista, 2022, p. 12) e Joana contesta: “Não era o que era para acontecer?” (Entrevista, 2022, p. 13). Porém, por elas terem vivenciado o período da ditadura militar, a mãe de Joana tinha medo de questões que pudessem envolver a polícia. Com isso, a mãe de Joana preferiu que o seu pai não soubesse do ocorrido.

Nesse sentido, Joana entendeu que ela teria que dar continuidade à vida, levando essa questão com ela. Hoje, ela entende que em 1981 existia um tipo de educação e de sociedade, que diferem das que conhecemos atualmente e compreende que não tinham conhecimento, nem serviços especializados para buscar ajuda. Ela fala: “Não tinha delegacia da mulher, não tinha política pensada sobre isso” (Entrevista, 2022, p. 6). Para ela ficou muito claro que era: “Cala a boca, fica quieta e segue a sua vida!” (Entrevista, 2022, p. 6).

Na visão de Joana, ela afirma nunca ter tido rede de apoio, tampouco acompanhamento psicológico, visto que não era um entendimento da cultura da época. Joana acredita, inclusive, que se ela tivesse tido tais suportes, possivelmente teria ressignificado os sofrimentos que se desdobraram das violências sexuais sofridas de uma maneira mais rápida. Além disso, já teria reconstruído a sua identidade com mais rapidez. Então, para Joana ficou o ensinamento dela lutar por ela já que ela nunca teve ninguém que fizesse isso. Dessa forma, ela entende que precisa fazer por ela aquilo que ela gostaria de ter recebido de pessoas próximas. Com o tempo, ela buscou se informar sobre o que é violência sexual com o intuito de conhecer para encontrar estratégias de enfrentamento.

Na transição de 12 para 13 anos, na pré-adolescência, Joana sofreu violência sexual dentro de casa com o seu cunhado. Um certo dia, Joana estava em um sítio da família, quando resolveu ir sozinha até o curral. Chegando lá, ela decidiu subir no cercado de madeira para poder se aproximar da vaca e alimentá-la. Assim, Joana ficou inclinada para frente com as mãos para dentro da cerca na direção da vaca, tendo o seu bumbum ficado exposto para o lado de fora do curral. Nesse momento de vulnerabilidade, chega por trás de Joana o seu cunhado. De repente ele coloca a sua mão na vagina de Joana, que assustada, desce do cercado de madeira e reclama com o cunhado, dizendo que ele não podia fazer isso com ela. Imediatamente, Joana sai do local e conta para a sua mãe o que aconteceu.

Ao ficar sabendo do que aconteceu, a mãe de Joana disse para a filha: “Não faça nada para não estragar o casamento da sua irmã” (Entrevista, 2022, p. 25). Nessa hora, Joana ficou em estado de choque e respondeu: “Ué, como assim? O casamento já não está estragado?” (Entrevista, 2022, p. 25). Joana indignada afirma: “Eu tinha que ficar calada” (Entrevista, 2022, p. 25). Desde então, se instaurou um drama na vida de Joana, pois ela não podia falar

nem fazer nada por ordem de sua mãe. No entanto, Joana precisava conviver diariamente com quem a abusou. Joana conta: “Era uma casa muito grande e que tinha um apartamento no fundo. A minha irmã morava nesse apartamento, ela, o marido e o filha e eu morava na casa da frente com os meus pais. Então, a presença dele era constante ali” (Entrevista, 2022, p. 25).

Joana fala que depois do ocorrido, o seu cunhado não passava mais a mão nela, porém ficava a chamando de: “minha cunhadinha gostosinha” (Entrevista, 2022, p. 3). O cunhado fazia de tudo para ficar perto de Joana, que o evitava ao máximo. Joana relata que o seu cunhado ficava fazendo propostas para ela se tornar garota de programa. Ele falava que ela iria ganhar muito dinheiro, que ela tinha um corpão muito bonito. Joana afirma: “Eu não sei até onde era terrorismo ou verdade. Então, para mim foi muito ruim, um momento muito complicado dentro da família” (Entrevista, 2022, p. 3).

O cunhado de Joana falava para a sua mãe, que ela consumia drogas, que ela tinha ficha na polícia e a sua mãe acreditava nele. Joana fala: “Não tinha nada disso. Nunca consumi droga nem lícita, quanto mais lícita” (Entrevista, 2022, p. 25). A mãe de Joana, preocupada com a filha, a revistava com frequência. “A minha mãe, toda madrugada, ia ver se eu tava picada. Ela ia me cheirar para ver se eu tinha fumado maconha” (Entrevista, 2022, p. 25). O cunhado conversava com a mãe de Joana e dizia: “Sabe esse comportamento dela? Isso aí é droga” (Entrevista, 2022, p. 25). Joana desabafa: “Ele infernizava a minha vida. Eu acho que a ideia era me desabilitar, me desacreditar diante da família, porque aí ficava fácil ele me manipular e fazer o que ele quisesse” (Entrevista, 2022, p. 25-26).

Joana viveu calada e fugindo desse cunhado dos 12 aos 18 anos, quando aconteceu uma situação que tornou insustentável a manutenção do silêncio. Um belo dia, todos os familiares estavam na rua e Joana ficou em casa sozinha. Nessa época, ela tinha 18 anos. O telefone tocou e tinha extensão de uma casa para a outra. Era para o cunhado de Joana, que queria atender o telefone dentro da casa dela. Joana responde: “Não! Você atende na sua casa” (Entrevista, 2022, p. 25). Entretanto, “segundo ele, a minha irmã tinha fechado a porta da casa, levado a chave e ele tinha ficado do lado de fora” (Entrevista, 2022, p. 25). Joana responde para o seu cunhado: “Eu não vou abrir para você entrar. Quando ela voltar, você liga para a pessoa e resolve depois” (Entrevista, 2022, p. 25). Nesse momento, o seu cunhado começou a gritar e a dizer que ia entrar e foi pegar a escada para entrar na casa de Joana.

Desesperada com a ameaça de seu cunhado de entrar em sua casa à força, Joana sai trancando as janelas e liga para o seu namorado da época, que hoje é o seu marido, o Francisco, que fala que vai até a casa de Joana com uma faca para matá-lo. Nesse dia, com 18

anos, Joana resolveu abrir a boca e contar para todos da sua família e não deixar restrito apenas a sua mãe. Quando todos chegaram, Joana os chamou para conversar e disse para os seus pais o que estava acontecendo ao longo de todos esses anos. Ela pontua: “Olha, ele me assediou e minha mãe já sabia. Ele vivia me assediando verbalmente. Ele fica me assediando o tempo todo e eu não aguento mais isso. Eu quero um ou ele ou eu aqui na casa” (Entrevista, 2022, p. 26). Nesse instante, o cunhado fala para todos ouvirem: “Eu fiz mesmo e daí?” (Entrevista, 2022, p. 26), se levanta e sai do cômodo e a mãe de Joana vai atrás dele.

De forma estratégica, o cunhado de Joana contou para a sua mãe e sua irmã, no caso, sua esposa, que ela estava apaixonada por ele e com isso estava determinada a destruir o casamento da irmã. Joana percebe que ele distorceu a história para que sua mãe e sua irmã acreditassem nele e não nela. A irmã de Joana, ao acreditar no marido, ficou enfurecida com ela e cortou relações com Joana, que não teve oportunidade de contar o que de fato estava acontecendo, porque a sua irmã saiu de casa sem dar a Joana qualquer espaço de conversa. Joana se entristece de sua irmã não dar espaço para ela falar e também fica triste com sua mãe que não lhe defendeu para a sua irmã mesmo sabendo que ela estava sendo assediada pelo cunhado. Pois, tinha medo de acabar com o casamento da irmã de Joana.

Após a retirada do cunhado e da mãe de Joana da sala, restam no cômodo Joana e seu pai e ela lhe pergunta: “E aí meu pai, que providência a gente vai tomar?” (Entrevista, 2022, p. 26). O pai responde: “A gente não vai fazer nada. O que é que esse estranho (namorado de Joana) está fazendo aqui?” (Entrevista, 2022, p. 26). Joana responde: “Mas esse estranho foi que veio me defender na hora da bagaceira que eu tava sozinha aqui” (Entrevista, 2022, p. 26) e o pai fala: “Você é minha filha, tem que me obedecer, quem te sustenta sou eu” (Entrevista, 2022, p. 26).

Se Joana fizesse alguma coisa, ela iria acabar com o casamento de sua irmã e isso era inadmissível para os seus pais. Joana entendeu que a preocupação do momento era em não acabar com o casamento de sua irmã e, com um grande pesar, ela falou: “Ninguém estava se importando com o que eu estava passando. Isso não vinha ao caso. Não fazia a mínima diferença” (Entrevista, 2022, p. 3).

Na época, Joana não compreendia porque os pais pensavam e agiam assim e só foi conseguir compreendê-los alguns anos depois. Joana contextualiza o pensamento e as ações de seus pais contando que seu pai nasceu em 1927 e sua mãe em 1941. Dessa maneira, de acordo com os valores que lhes foram passados e segundo os costumes da sociedade da época: “Mulher separada não valia nada, não tinha direito na sociedade, ninguém ia respeitar”

(Entrevista, 2022, p. 26). Assim, por mais infeliz e desrespeitoso que fosse o casamento de sua irmã, para os seus pais, o divórcio não era uma opção. Em relação ao casamento de sua irmã, Joana conclui: “Casada ela era uma mulher de respeito, mesmo que o relacionamento dela não seja um relacionamento de respeito. A mentalidade deles era essa” (Entrevista, 2022, p. 26).

Joana compreende que os pais agiam dessa forma para proteger a sua irmã. No entanto, Joana pontua que os seus pais sequer perguntavam para a sua irmã como ela estava se sentindo em relação ao casamento, tampouco se ela gostaria de dar continuidade a esse casamento. Os pais, especialmente o pai no dia da conversa com todos, simplesmente decide pela duas. Então, mesmo o cunhado assumindo que tenha assediado sexualmente e depois verbalmente Joana ninguém fez nada a respeito. Ademais, sua irmã ficou sem falar com Joana por anos, o que foi muito ruim para Joana.

Em uma tentativa desesperada de que alguém fizesse algo por ela, Joana vai atrás do seu tio que era do exército. Ela pensa: “Meu tio é do exército. Vai fazer alguma coisa. Ele é autoridade” (Entrevista, 2022, p. 27) e seu tio responde: “Eu não posso fazer nada não” (Entrevista, 2022, p. 27). Nesse momento, Joana reforça indignada: “Ninguém fazia nada! Ninguém estava nem aí” (Entrevista, 2022, p. 27). Joana relata de uma maneira muito madura:

Hoje em dia, vendo como é que meu tio se comporta, entendendo como era o momento histórico que a minha mãe e o meu pai viveram é que eu consigo entender porque que a comunicação não acontecia e ninguém me dava crédito. Era como se eu estivesse vivendo no tempo errado, porque o que eu vivi para aquele tempo com a cabeça das pessoas daquele jeito não ia ter solução. A solução era eu ficar calada e viver assim mesmo com aquele homem me assediando o tempo todo (Entrevista, 2022, p. 27).

A partir dessa dolorosa experiência, Joana percebeu que seu cunhado tinha uma capacidade de manipulação muito grande, visto que ele conseguia fazer com que todos acreditassem nele. Segundo ela: “Ele ficava dizendo para os meus pais que eu me drogava. Ele botava meu pai contra a minha mãe e minha mãe contra o meu pai. Era assim. Fazendo esse joguete com a família inteira” (Entrevista, 2022, p. 27-28). Joana relata que tinha brigas corriqueiras com a sua mãe, a qual defendia o seu cunhado quando Joana dizia para ele ir embora de sua casa a sua mãe falava para ela: “A casa é MINHA!”. Então, não é como você quer, é como EU quero!” (Entrevista, 2022, p. 28).

Com tais posturas de sua mãe, Joana não se sentia como dona da casa também. Ela tentava impedir com que o seu cunhado entrasse em sua casa, no entanto não encontrava

amparo em seus pais. Então, para Joana era muito confuso e desconfortável a relação dela com a casa, pois em sua visão: “a casa é minha, mas ao mesmo tempo não é” (Entrevista, 2022, p. 28), posto que a sua mãe a desautorizava na frente do seu cunhado.

Diante de tanto sofrimento de Joana em ser obrigada a conviver diariamente com o seu cunhado, ela pede ao seu pai para morar sozinha em um apartamento da família que eles tinham em Salvador. O pai de Joana responde: “Sozinha não” (Entrevista, 2022, p. 28). O pai de Joana disse que ela só sairia de casa depois de se casar. Assustada com a resposta do seu pai, ela fala: “Mas eu não quero me casar agora” (Entrevista, 2022, p. 28). Nessa época, Joana estava fazendo faculdade de Geologia e tinha intenção de morar sozinha em Salvador para continuar a sua graduação sem precisar conviver diariamente com o seu cunhado. No entanto, ela esbarrou com esse obstáculo imposto pelo seu pai.

O pai de Joana falou firmemente para ela: “se não se casar, não se considere mais minha filha” (Entrevista, 2022, p. 29). Joana espantada com tal exigência resolve procurar um advogado para saber dos seus direitos, uma vez que ela não aguentava mais conviver com quem a abusou. Ela fala: “Como é que eu vou ficar morando com o meu assediador? Está insuportável! Eu não estou aguentando mais isso. Eu não quero isso para mim e ninguém me dá ouvidos” (Entrevista, 2022, p. 28). O advogado assegurou a Joana que ela poderia sair de casa e que continuaria com todos os seus direitos de filha. Ele garantiu que o seu pai não poderia deserdá-la, visto ser essa a sua maior preocupação diante da ameaça feita pelo seu pai.

O advogado que Joana consultou disse que seu pai tinha o dever de continuar pagando a sua faculdade, provendo moradia e alimentação para ela, haja vista que ela não estava saindo de casa sem motivos. De acordo com o advogado: “Você está saindo de casa, porque você está sendo assediada dentro de casa e o ambiente não está dando para viver” (Entrevista, 2022, p. 28). No entanto, Joana não conseguiu sair de casa e morar sozinha como gostaria. O seu pai acabou saindo de casa e foi morar na Paraíba.

Ao sair de casa ele disse: “quem quiser que me siga” (Entrevista, 2022, p. 28). Contudo, como Joana estava fazendo faculdade e não queria desistir desse projeto, ela disse não ao convite de seu pai. Porém, Joana também sabia que não poderia morar sozinha em Salvador, pois o seu pai não havia deixado. Além disso, ela não aguentava mais morar na casa em que convivia com o seu cunhado. Diante de tais razões, Joana acaba cedendo à exigência de seu pai de só sair de casa casada.

No entanto, a sua mãe não queria que ela se casasse com Francisco, seu namorado à época, e isso gerou muitas discussões entre os seus pais. A mãe de Joana queria que ela se

casasse com um advogado, um médico ou um engenheiro e Francisco, à época, não tinha uma profissão, visto que não estavam planejando se casar. Portanto, além de se casar em um momento, no qual não estava planejado por Joana, ela ainda tinha que se casar com um rapaz que a mãe aprovasse a profissão. Joana decide se casar com Francisco e hoje ela diz: “meu pai me obrigou a casar com um artista e eu tô muito feliz, porque eu também sou artista. Então deu certo” (Entrevista, 2022, p. 29).

Contudo, Joana relata que o início do casamento foi muito difícil para os dois. Primeiro, porque eles não estavam planejando se casar no momento em que se casaram. Com isso, vieram dificuldades financeiras e também surgiram os desafios do convívio do cotidiano do casal, bem como a insatisfação e o ajuste da relação sexual. Joana relata: “Meu pai me obrigou a casar. Eu não consegui terminar a faculdade e não me deu apoio, se picou. Podia ter me dado apoio, porque tinha condição para isso, mas não deu” (Entrevista, 2022, p. 34). A visão do pai de Joana era a seguinte: “Ela agora é mulher dele, ele que resolva” (Entrevista, 2022, p. 35). Joana se entristece ao dizer: “Ele não pensou que eu também poderia ser responsável por mim” (Entrevista, 2022, p. 35).

Nesse movimento, Joana se mostra arrependida de não ter exigido que o seu pai continuasse lhe enviando dinheiro conforme previa a lei da época. Segundo ela: “Ele tinha que ficar responsável por mim legalmente até os 24, que eu estava fazendo faculdade” (Entrevista, 2022, p. 35). Ela fala que deveria ter dito a ele: “Ei, pode me mandar dinheiro todo mês, porque o senhor me obrigou a casar, mas eu não me preparei. Eu não tenho nada” (Entrevista, 2022, p. 34-35). Joana se casou em 1991 e segundo ela: “Ainda em 1991, eu sendo mulher, na cabeça das pessoas que foram criadas como o meu pai, eu era um pacotinho, que ele já entregou o pacotinho para o meu marido, agora é o meu marido que era responsável por mim” (Entrevista, 2022, p. 35).

Joana questiona: “O que ele me deu como pai para me entregar para a vida? Sozinha. Eu não tinha emprego, eu não tinha uma fonte de renda, eu não tinha nada” (Entrevista, 2022, p. 35). Dessa maneira, Joana fala: “Eu tive que me virar. Eu fui para a rua vender coisas. Aí eu não tinha tempo de estudar, de fazer faculdade, porque eu tinha que pagar as contas, porque nem morar no apartamento eu fui” (Entrevista, 2022, p. 35). Joana tinha o sonho de ser geóloga, no entanto como precisava se sustentar, não conseguiu realizar o seu sonho profissional. Joana entende que ela e o Francisco se casaram inexperientes e isso trouxe desafios para eles no início do casamento.

Em relação às possíveis consequências das violências sexuais sofridas, Joana fala: “Uma coisa que aconteceu comigo e eu acho que foi resultado disso era que eu tinha dificuldade de fazer sexo” (Entrevista, 2022, p. 7). Até se casar, Joana compartilha que nunca tinha tido relação sexual. Por conta disso, ela sentia que não sabia de nada em relação ao sexo e o pouco que sabia, não era legal. Joana afirma: “Eu tinha a questão dos medos, dos traumas. Eu não quero ser invadida, eu não quero ser desrespeitada, mas eu não sabia como dizer isso para ele” (Entrevista, 2022, p. 8).

No início, Joana relata que Francisco era muito apressado durante o sexo e dizia para ela: “Você deve ser lésbica, você deve ser frígida” (Entrevista, 2022, p. 7). Ela prossegue: “E não era nada. É porque eu tinha um monte de reservas” (Entrevista, 2022, p. 7). Joana percebe ter vivido um conflito na sua vida sexual em virtude das experiências de violência sexual que sofreu na infância e na adolescência. Ela fala: “Eu lembro que a minha vida sexual, eu fiquei muito confusa. Eu tinha muita rejeição. É um misto de sentimentos” (Entrevista, 2022, p. 22). Joana segue dizendo: “Dói. O resultado físico, mental, emocional, psicológico é real, é forte, mas expressar em palavras é difícil” (Entrevista, 2022, p. 22).

Para Joana, fazer sexo era de uma complexidade e de um sofrimento tão grande que, às vezes, durante o ato ela chorava. Francisco ficava preocupado e perguntava a ela o que ele havia feito e, nesses momentos, Joana chorando dizia: “Porque eu fico imaginando: ‘Será que eu vou me sentir violentada mais uma vez?’” (Entrevista, 2022, p. 23). Inclusive, Joana lembra que ao longo de sua vida, tiveram alguns momentos em que ela se sentiu confusa em relação a sua identidade sexual. Ela dizia para si: “Eu não sei se eu sou santa ou se eu sou puta” (Entrevista, 2022, p. 22). Joana segue: “Às vezes eu falava isso, porque eu ficava sentindo, que eu não conseguia encontrar um equilíbrio, uma regularidade para a minha vida sexual” (Entrevista, 2022, p. 22).

Joana relata: “Tinham momentos que eu tinha receio de estar no ato sexual e aí eu me sentia mal, às vezes eu me sentia impura, me sentia suja” (Entrevista, 2022, p. 22). Joana se percebe tentando encontrar sua relação com a sexualidade se colocando nos extremos. Ora se vendo como suja e sem dignidade, ora se vendo como pura e digna de respeito. Ela fala: “Era eu tentando achar o equilíbrio da coisa. Isso é feio, isso tá errado. Isso pode, isso não pode. Um sofrimento” (Entrevista, 2022, p. 22).

Joana se lembra que teve um momento marcante com o seu marido, que mudou a forma como ela se enxergava e a forma como eles passaram a se relacionar. Ela conta: “Já depois de casada, ele me tocou, o meu marido, eu dei um chilique tão grande, porque ele

passou a mão na minha bunda e a gente já há muitos anos de casados” (Entrevista, 2022, p. 6). Segundo ela: “Foi uma coisa extrapolada. Não foi assim um - Ai para de passar a mão em mim - não foi. Foi um negócio fora do normal” (Entrevista, 2022, p. 6). Ela relata que começou a gritar com o marido e a dizer que ele não tinha direitos. Ela falou para ele: “Tá pensando que você é quem? Para ficar passando a mão em mim” (Entrevista, 2022, p. 6) e seguiu: “Você não me toca!!!” (Entrevista, 2022, p. 18).

Joana continua: “Ao mesmo tempo que eu ia falando e dando esse chilique, eu via a reação dele de - não estou entendendo o que está acontecendo - e fui me tocando de que a coisa estava fora do contexto” (Entrevista, 2022, p. 6). Nesse momento, Joana fica reflexiva e pontua para si mesma: “Ele é meu marido, a gente está acostumado a pegar no corpo um do outro. Por que eu vou ficar agora com esse chilique?” (Entrevista, 2022, p. 6). Joana, a partir da percepção de que sua ação havia sido desproporcional, pede desculpas para Francisco e fala para ele: “Não é com você. Tá tudo bem. Eu sou sua mulher, você é meu marido” (Entrevista, 2022, p. 11) e de acordo com ela, começa a organizar o que estava acontecendo.

Joana se percebe como: “Uma pessoa de muita reflexão. Eu faço autoanálise diariamente. Eu tô o tempo todo conversando comigo e fazendo essa autoanálise e autocrítica” (Entrevista, 2022, p. 24). Nesses momentos, Joana compreende: “Eu me lembrei dos momentos que eu tinha sido assediada e foi como se tivesse me transportado para essa época” (Entrevista, 2022, p. 6). Joana faz a seguinte associação: “É como se estivesse aberto um portal de memória que me transportou e foi duro para mim” (Entrevista, 2022, p. 11). Assim, Joana divide com o seu marido: “É como se eu tivesse me sentido invadida por você, mas é louco te explicar, porque não é. Porque você é meu marido e a gente tem esse compromisso de liberdade um com o outro” (Entrevista, 2022, p. 6-7).

Com isso, Joana reconhece: “Eu comecei a fazer um processo de expurgar toda aquela história e aí fui contando para ele. Ele já conhecia, mas eu fui contando de novo” (Entrevista, 2022, p. 7). Joana se percebe contando a história para o marido, porém, agora, ocupando um outro lugar e afirma isso falando: “Comecei a dizer para mim que eu era dona de mim, que eu era livre. Eu comecei a dizer coisas para mim que, se eu tivesse achado apoio, esse apoio teria dito e eu teria refletido nesse sentido. Eu nunca tinha refletido nesse sentido” (Entrevista, 2022, p. 7).

Ela segue dizendo: “Eu sou dona de mim e aí eu autorizei ele a pegar em mim” (Entrevista, 2022, p. 7). Ela fala que nas outras situações ela não havia autorizado ninguém a pegar nela. Esse momento foi muito marcante para ela e para o relacionamento dos dois.

Joana fala para Francisco: “Eu não entendi esse surto, mas foi importante. Pode pegar a hora que você quiser, porque a gente está junto nisso e eu também vou pegar em você na hora que eu quiser” (Entrevista, 2022, p. 7). A partir desse surto, Joana entende que ela e o marido foram ajustando ainda mais o relacionamento deles. Eles foram se abrindo para dizer como eles queriam que os toques fossem feitos. Joana enfatiza: “Depois desse dia, a gente se dá, se respeita e se autoriza e foi ficando cada dia melhor” (Entrevista, 2022, p. 7). Joana fala que hoje o sexo é maravilhoso e acrescenta: “Mas levou um tempo para construir” (Entrevista, 2022, p. 10).

Em sua concepção fica a certeza de que: “Quanto mais vai passando o tempo, mais gostoso vai ficando” (Entrevista, 2022, p. 10). Todavia Joana fala: “No começo, eu tentei separar, porque tinha um monte de coisas que eu não compreendia” (Entrevista, 2022, p. 10). Com o tempo, Joana foi entendendo que: “Com homem é assim, com mulher é assado. Pode ter mulher que já chega e já está pronta. Eu não sou desse tipo. Eu, para você me deixar pronta a gente já tem que estar vindo batendo um papo” (Entrevista, 2022, p. 10). Joana ressalta que é necessário: “Todo um preparo antes para que na hora de ter um ato sexual eu já esteja em condições adequadas” (Entrevista, 2022, p. 10).

Joana declara: “Precisei desse surto para entender que eu sou dona de mim e autorizar ele. Hoje ele me toca porque eu consenti, eu dei esse direito a ele” (Entrevista, 2022, p. 10). Em relação ao surto, Joana afirma compreender que: “Isso tinha me remetido aos momentos que eu tinha sido abusada e foi como se eu tivesse vivendo aquilo ali, aí eu tive a reação que eu deveria ter tido lá atrás” (Entrevista, 2022, p. 12). Ela acredita que: “Devia ter dado esse chique, esse surto lá” (Entrevista, 2022, p. 12). Não no sentido de impedir que a violência sexual acontecesse, pois ela entende que: “Não tinha como impedir. Primeiro, porque eu não sabia que eu ia ser invadida. Porque quem vai invadir não pede licença, ele invade” (Entrevista, 2022, p. 12).

Então, Joana explica: “Quando eu digo do piti, é quando eu fui contar depois para as pessoas” (Entrevista, 2022, p. 12). Joana segue: “Eu devia ter chegado em casa e ter dado um berro: ‘AIIII ME AGREDIRAM!!!, mas eu não tinha consciência” (Entrevista, 2022, p. 12). Ela compartilha: “A sensação é que a gente fez alguma coisa de errado e você não fez nada de errado! Fizeram com você” (Entrevista, 2022, p. 12). No entanto, quando Joana foi contar das violências sexuais sofridas pelo seu cunhado para a sua mãe, ela responde: “Não, porque senão vai acabar com o casamento da sua irmã” (Entrevista, 2022, p. 3).

Contudo, enfatiza: “A questão é que ninguém dava crédito” (Entrevista, 2022, p. 11). Porém, Joana nota que no dia em que teve esse surto com seu marido: “Foi diferente, porque foi uma situação inesperada para a gente. Inesperada para ele, porque ele não achou que tivesse fazendo nada demais e inesperada para mim, porque eu também não entendi porque que eu agi daquela forma” (Entrevista, 2022, p. 11).

Joana fala: “No dia que eu tive esse surto com o meu marido, eu fiquei surpresa, porque eu não imaginava que isso tava lá guardado” (Entrevista, 2022, p. 24). Joana constata: “O que eu mais tenho medo é de ficar paralisada” (Entrevista, 2022, p. 24). Por isso, ela ressalta: “Eu termino avançando apesar das dificuldades e avançando sozinha” (Entrevista, 2022, p. 24). Nesse sentido, Joana conclui que: “Toda vez que eu vejo que tem alguma coisa que vai me bloquear, a minha reação imediata é confrontar o bloqueio para eu não ficar bloqueada” (Entrevista, 2022, p. 24).

Joana relata: “Eu sempre fui uma pessoa muito alegre, muito aberta e acho que as pessoas confundiam muito isso” (Entrevista, 2022, p. 14). Joana conta que perceber isso foi uma experiência muito difícil para ela e trouxe a ela um conflito de identidade muito grande. Joana se pergunta: “Eu vou ficar sendo desrespeitada pelas pessoas, porque as pessoas não entendem que eu sou só uma pessoa alegre?” (Entrevista, 2022, p. 14). Dessa forma, Joana relata: “Eu tive que começar a ser mais retraída, mas não sou eu” (Entrevista, 2022, p. 14).

A partir desse relato, Joana se recorda e conta que sofreu recentemente um assédio moral no trabalho. Ela fala: “Quando eu comecei a acordar, agora adulta sobre esse assédio moral, quando eu percebi que eu tava quase que escravizada e perdendo a minha identidade e aí eu tava me sentindo muito mal” (Entrevista, 2022, p. 16) e segue: “Eu pedi demissão do trabalho, porque eu não aguentei” (Entrevista, 2022, p. 15).

Joana fala que se sentiu manipulada nesse assédio moral e descobre que existem características de personalidade que diferem as pessoas. Ela fala: “Caramba velho, não é possível que para você conviver bem na sociedade, você precisa saber: esse aqui é manipulador”. Eu não sabia que existia gente manipuladora” (Entrevista, 2022, p. 15). Nesse momento, Joana faz uma associação da violência sexual que sofreu quando tinha 10 anos e afirma que “o rapaz que tinha 30 e tantos anos, hoje, eu vejo que ele manipulou a gente para conseguir levar para a casa dele. Manipulou com a conversa de: vamos brincar assim?” (Entrevista, 2022, p. 15-16) e segue: “Eu que não tinha malícia nunca, achando que todo mundo é gente boa, me lasquei” (Entrevista, 2022, p. 15-16).

Joana cita a frase: “De perto ninguém é normal” (Entrevista, 2022, p. 15) e diz concordar com ela quando afirma que “todo mundo tem um transtorno. Eu ainda não sei qual é o meu e fico tentando identificar o de todo mundo para me preservar” (Entrevista, 2022, p. 15). Joana declara que “se eu identifico o tipo de transtorno que aquela pessoa tem, eu posso saber qual a minha distância de segurança” (Entrevista, 2022, p. 15). Ela ressalta: “Hoje, eu preciso saber qual o nível do relacionamento, que distância de segurança que eu tenho que manter dessa pessoa, daquela pessoa” (Entrevista, 2022, p. 15).

Joana faz um paralelo da vivência do assédio com as violências sexuais sofridas e fala: “De novo eu tô sendo assediada? Uma vez foi sexualmente. Fui vítima de manipulação na infância, na adolescência e na vida adulta, que não envolveu uma questão sexual, mas envolveu manipulação, envolveu uma violência (Entrevista, 2022, p. 16). Dessa forma, Joana entende: “Ter sido manipulada nas minhas três fases de vida” (Entrevista, 2022, p. 17). Joana se questiona: “Por que eu sou uma pessoa manipulável? Onde é que está essa falha para eu não ser?” (Entrevista, 2022, p. 17). Ela argumenta: “Não é que eu queira atribuir a mim a culpa. Eu não acho que é minha a culpa de ter sido manipulável. As pessoas manipulam, então elas poderiam não manipular” (Entrevista, 2022, p. 17).

Joana percebe: “Se a gente está arrodado de gente, cada um é de um tipo e tem pessoas que gostam de manipular, seja fisicamente, psicologicamente, então eu preciso me preparar para tá dentro da sociedade e ter minhas estratégias de convivência defensivas” (Entrevista, 2022, p. 17). Joana compartilha o seguinte entendimento que adquiriu por meio das leituras que fez: “Eu vou encontrar manipuladores nas famílias, no trabalho, nos círculos de amizade e a pessoa é assim! É a natureza dela” (Entrevista, 2022, p. 17). Ela questiona: “Vou ficar esperando que essa pessoa deixe de manipular? É da natureza dele” (Entrevista, 2022, p. 17).

Joana indaga: “Vou ficar a vida toda refém? Não posso! Então, eu tenho que procurar estratégias de convivência, que me preserve” (Entrevista, 2022, p. 17). Ela declara: “Não quero passar a vida inteira sendo manipulada. Eu quero viver a partir das minhas vontades, respeitando os outros, mas também sendo respeitada” (Entrevista, 2022, p. 17). Joana compartilha: “Se as pessoas não sabem me respeitar, eu vou ter que estabelecer o meu campo de respeito” (Entrevista, 2022, p. 17-18). Joana relata: “Teve um momento que eu comecei a ser um pouco bruta com as pessoas depois desses processos todos” (Entrevista, 2022, p. 18). Ela conta que as pessoas chegavam até ela e falavam: “Você tem que fazer assim, você tem que fazer assado” (Entrevista, 2022, p. 18) e ela respondia: “EU NÃO TENHO NADA!

VAMOS PARAR POR AÍ! NINGUÉM MANDA NA MINHA VIDA!” (Entrevista, 2022, p. 18).

Joana conclui: “Foi um momento que eu tava ainda tentando me reconstruir, aprender a lidar com isso. Hoje, já encontrei uma forma de falar sem ser grossa” (Entrevista, 2022, p. 18). Após a vivência recente desse assédio moral no trabalho, Joana compartilha: “Eu fiquei em estado depressivo e ainda estou saindo desse estado” (Entrevista, 2022, p. 16). Joana prossegue: “Fiquei com perda de identidade mesmo. Eu não sei mais o que fazer, eu não sei mais quais são as minhas capacidades, eu não sei quais são as minhas habilidades mesmo sendo muitas” (Entrevista, 2022, p. 16).

Em relação às estratégias de enfrentamento, Joana salienta: “O que me ajudou muito hoje, depois desse assédio moral, foi saber que existe manipulação” (Entrevista, 2022, p. 29). Ela continua: “Eu acho que uma coisa que seria muito bom era a informação ser amplamente divulgada. Saber que o assédio existe. Tem gente que não sabe que está sendo assediada” (Entrevista, 2022, p. 29). Nesse sentido, Joana defende ser necessário: “As pessoas terem acesso as informações de que o que elas estão passando é assédio, de que existe um canal de escuta e de apoio, que existe política para isso” (Entrevista, 2022, p. 29). Para ela, é importante ressaltar para quem está sofrendo violências que: “Você não está errado, porque você foi assediada. Porque às vezes quando as pessoas não sabem, elas acham que a culpa é delas” (Entrevista, 2022, p. 29-30).

Joana conta que após a vivência de uma situação de violência o primeiro questionamento que ela fez foi: “O que que fiz? Por que comigo?” (Entrevista, 2022, p. 30) e continuou: “Eu fiquei um tempão com essa pergunta” (Entrevista, 2022, p. 30). Joana fala: “No dia que eu descobri que existiam manipuladores, como essas pessoas atuam, ficou fácil para mim em algumas circunstâncias identificar” (Entrevista, 2022, p. 31-32). Ela narra: “Tenho uma tia que é manipuladora. Quando eu tive que me relacionar com ela, eu consegui tornar a convivência mais saudável tanto para mim quanto para ela. Porque, antes tinha muita confusão” (Entrevista, 2022, p. 31-32).

Então, para se proteger Joana afirma: “Hoje, quando eu digo que eu procuro a defesa ou procuro me resguardar, não é porque eu acho que a culpa é minha, mas hoje eu sei que tem gente que é assim, que faz isso, então eu preciso me defender” (Entrevista, 2022, p. 32). Pois segundo Joana: “Se eu não souber eu sempre vou virar uma vítima de quem manipula. Se a habilidade do manipulador é manipular” (Entrevista, 2022, p. 32). Na busca de se defender, Joana fala que às vezes a sua estratégia é ficar calada. Ela entendeu que: “Tem coisas que não

precisa falar. Antes eu achava que eu tinha que falar tudo que eu penso e agora eu sei que não. Fica bem se eu ficar calada” (Entrevista, 2022, p. 19).

A situação em que Joana entende ser essencial ficar calada para se preservar é, segundo ela, quando: “A gente está numa roda de bate papo ou qualquer outro lugar e eu chegar falando da minha vida. Para quê? Vou dar informação à toa? Para que eu vou falar da minha vida para as pessoas?” (Entrevista, 2022, p. 19). Então, nesse momento Joana conclui: “Eu vou falar de amenidades” (Entrevista, 2022, p. 19). Joana deixa muito claro que em se tratando de pensar estratégias de proteção contra violências sexuais e assédio moral, é fundamental garantir que a informação do que são esses fenômenos seja bastante divulgada de modo que alcance todos.

Ela fala que para combater a violência, o primeiro ponto: “É a informação, que abre a porta para todo o resto, porque se você sabe que isso é assédio, que é violência e você sabe que tem uma rede de apoio, aí é muito mais fácil” (Entrevista, 2022, p. 30). Joana reforça: “Eu acho importante que as pessoas possam ter acesso a saber que existem pessoas que fazem isso dentro de casa e na escola” (Entrevista, 2022, p. 30). Ela prossegue: “Em qualquer lugar a pessoa pode se deparar com alguém que faz isso e como identificar que ela está dentro de uma situação de manipulação? Então, a primeira é a informação” (Entrevista, 2022, p. 30).

Dentro desse papel de informar, Joana compreende ser imprescindível informar também as crianças no intuito de prevenir possíveis violências. Ela fala: “O meu cunhado, era pai de crianças e era assediador. Como eu vou saber se o pai da outra criança não é um assediador?” (Entrevista, 2022, p. 31). Joana continua: “Eu sei que é muito complicado, mas eu acho que a informação, a criança saber, sem transformar isso num terror” (Entrevista, 2022, p. 31) é uma forma de proteger as crianças.

Joana termina a sua história dizendo: “Não é fácil. Espero que vocês consigam achar uma maneira de fazer essa diferença e eu quero deixar uma contribuição, que eu acho importante” (Entrevista, 2022, p. 31). Ela continua: “Aqui existe um objetivo. Eu sei qual é. Espero que vocês alcancem esse objetivo e seja muito proveitoso, que o resultado do trabalho de vocês alcance muita gente, seja muito positivo para muita gente” (Entrevista, 2022, p. 31).

Entrevista Narrativa Gisele

Gisele, uma mulher de 26 anos, nascida em Brasília. Atualmente, trabalha como professora de língua estrangeira e é também estudante do curso de Psicologia. Gisele se identifica como uma mulher que sofreu violência sexual na infância por um parente próximo e

fala com bastante espanto: “Tem 20 anos que isso aconteceu” (Entrevista, 2022, p. 22). Ela constata: “É a primeira vez que eu falo disso em voz alta para uma outra pessoa desde a delegacia” (Entrevista, 2022, p. 22).

Ela segue: “Pro meu namorado atual, eu acho que eu tenha comentado um dia” (Entrevista, 2022, p. 18). Gisele conta que: “Surgiu o assunto todas as mulheres já foram abusadas” (Entrevista, 2022, p. 18) e ela responde: “É eu também, mas não lembro de ter falado abertamente isso com ninguém. De contar a história, o que aconteceu” (Entrevista, 2022, p. 18). Gisele compartilha: “Quando eu falei com você foi a primeira vez que eu parei pra pensar nisso. Depois de muito tempo, pensar mesmo no que aconteceu. Não foi tipo assim, já foi abusado. Foi tipo: o que aconteceu?” (Entrevista, 2022, p. 18-19).

Gisele relata: “Essa história aconteceu quando eu era muito pequena, inclusive é uma das primeiras memórias que eu tenho na vida” (Entrevista, 2022, p. 1). Gisele acredita que tinha entre quatro e seis anos de idade quando foi violentada sexualmente. Ela conta que: “Nessa época, morava na casa da minha bisavó, eu, minha mãe, minha irmã mais nova, ela é mais nova que eu um ano e alguns meses, minha bisavó e o meu bisavô que era o irmão da minha bisavó” (Entrevista, 2022, p. 1). O nome fictício da bisavó de Gisele é Dulce e da irmã mais nova é Gabriela. Gisele segue: “A gente chamava ele de Tonho, era o nome do Antônio” (Entrevista, 2022, p. 1). Insta salientar, que Tonho é um apelido fictício para o nome Antônio que também é fictício. Segundo ela: “Ele era como um avô” (Entrevista, 2022, p. 1).

Conforme conta Gisele: “Todo mundo nasceu nesse mesmo apartamento, então sempre convivemos todos” (Entrevista, 2022, p. 1). Ela lembra: “No apartamento tinha três quartos. Aí dormia eu, minha mãe e minha irmã num quarto. Minha bisavó, no quarto dela e ele tinha esse quarto dele. Os quartos eram um do lado do outro” (Entrevista, 2022, p. 1). Gisele fala: “O que acontecia, na verdade, é que naquela época não tinha TV, não tinha internet e a gente era criança, eu e minha irmã, então a gente queria ver desenho” (Entrevista, 2022, p. 1). Ela continua: “Só que a minha bisavó assistia novela, os programas dela, então quando ela tava assistindo as coisas dela a gente não podia usar a TV. Só que o Tonho tinha uma TV no quarto dele e ele deixava a gente ir pro quarto dele assistir TV” (Entrevista, 2022, p. 1).

De acordo com Gisele: “Ele deixava a gente ficar lá quanto tempo a gente quisesse. A gente deitava na cama, a gente tava em casa, e assim, eu lembro que a gente normalmente tava tipo de short ou de calcinha” (Entrevista, 2022, p. 1). Ela continua: “Eu falo ‘a gente’, porque isso também aconteceu com minha irmã. Aconteceu comigo, mas também aconteceu

com minha irmã” (Entrevista, 2022, p. 1). Gisele fala: “Eu lembro claramente dele colocando a mão embaixo da calcinha na minha bunda. Na época eu deitava de bruços na cama e ele colocava a mão ali” (Entrevista, 2022, p. 2). Ela segue: “Às vezes nós duas estávamos lá no quarto, ao mesmo tempo, ele ficava passando a mão na gente” (Entrevista, 2022, p. 2). Ela conta que ela e a irmã nunca conversaram sobre o que vivenciaram juntas.

Gisele conta: “Eu era muito criança, mas eu lembro de sentir uma coisa esquisita. Não era aquele carinho legal, que você recebe da sua mãe, era esquisito e eu sempre fui uma criança muito esperta. Então eu acho que eu já sabia que tava meio errado” (Entrevista, 2022, p. 2). Ela conta: “Isso acontece. Não sei por quanto tempo, mas na minha mente aconteceu por muito tempo” (Entrevista, 2022, p. 2). Sobre a experiência no quarto de Tonho, Gisele comenta que sentia dever algo para Tonho. Ela fala: “Como não me colocar nessa situação de dever algo a ele? Porque ele tá sendo tão legal. Ele não tem essa obrigação de deixar a gente ver TV no quarto dele e ele deixava a gente assistir a hora que a gente quisesse” (Entrevista, 2022, p. 21). Ela fala que pensava algo como: “É o quarto dele, são as regras dele” (Entrevista, 2022, p. 21).

Gisele prossegue: “Minha mãe viu e aí ela entrou e confrontou ele” (Entrevista, 2022, p. 24), “Foi um barraco. Ela entrou no quarto gritando com ele: ‘Você não vai fazer isso com as minhas filhas!!!’” (Entrevista, 2022, p. 23). Gisele afirma: “Eu vi isso acontecendo, eu tava ali no meio” (Entrevista, 2022, p. 24). Segundo Gisele: “Até eu entender o que foi aquela briga” (Entrevista, 2022, p. 24), demorou um tempo. Ela fala: “Se eu tivesse tido uma educação sexual antes, se tivesse me falado desde pequenininha o que podia e o que não podia, talvez eu tivesse contado pra minha mãe ‘ei mãe, isso tá acontecendo’” (Entrevista, 2022, p. 24). Gisele compartilha que após essa briga: “Lembro de ter tido uma conversa com ela sobre isso, dela ter me perguntado ‘ah, ele coloca a mão em você?’ e eu falei: sim. Ela aonde?” (Entrevista, 2022, p. 2). Gisele fala: “Eu sei que minha mãe falou que não podia, não era certo” (Entrevista, 2022, p. 23).

Após a mãe de Gisele ficar sabendo do que estava acontecendo “abriu uma denúncia contra ele” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele se lembra: “De ter ido na delegacia da criança e do adolescente, de ter conversado com a psicóloga, de ter contado o que acontecia” (Entrevista, 2022, p. 3) e afirma: “Eu acho que eu bloqueei muito essas memórias, porque eu lembro se eu fizer um esforço” (Entrevista, 2022, p. 3), segundo ela, muito grande. Ao falar da dificuldade de se lembrar dessa experiência na delegacia Gisele compartilha se sentir: “Angustiada de não lembrar de nada” (Entrevista, 2022, p. 8) e detalha: “Eu não sei o que falaram pra mim, eu

não sei o que eu falei, eu não sei quantas vezes eu fui lá” (Entrevista, 2022, p. 8). Na visão de Gisele, o seu contato com a psicóloga da delegacia foi pontual com o intuito de "investigar o que eu ia falar sobre o que aconteceu” (Entrevista, 2022, p. 8). Além disso, ela completa: “Depois disso, não tive nenhum tipo de acompanhamento, não fui pra psicóloga” (Entrevista, 2022, p. 3).

Nesse momento, Gisele externaliza: “Eu sinto um pouco de raiva dessa situação toda do fato de eu não ter tido nenhum suporte” (Entrevista, 2022, p. 8). Na busca de elaborar os seus sentimentos, Gisele fala: "Eu não sei se minha raiva é direcionada a alguém específico, se é a minha mãe, porque ela era responsável por mim, né? E ela não fez nada” (Entrevista, 2022, p. 8). Gisele segue, se é “raiva da minha bisavó, que eu achava que era um fator de proteção e não era, porque ela escondeu tudo isso embaixo dos panos. Ela protegeu mais ele do que eu” (Entrevista, 2022, p. 9).

Pois, após o procedimento na delegacia, Gisele afirma: “Ele desapareceu, então ele nunca chegou a ser julgado” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele entende que sua bisavó deu a seguinte orientação para Tonho: “Sai daqui, foge, vai dar ruim” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele relata: “A minha bisavó, ele e a família dela são do Rio e, até onde eu sei, ele foi pra lá” (Entrevista, 2022, p. 3). Com isso, Gisele conclui: “Nunca mais eu o vi na vida” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele conta: “Ninguém fala sobre isso, virou assim velado” (Entrevista, 2022, p. 3). Ela declara: “Minha mãe fingiu que minha bisavó não fez nada. Minha bisavó fingiu que essa denúncia nunca existiu e vida que segue” (Entrevista, 2022, p. 3).

Gisele relata que a saída de Tonho de casa foi muito repentina e com isso ela percebe que teve dificuldade de compreender o que estava acontecendo. Gisele lembra que se sentiu “um pouco culpada porque ele não tava mais lá e ele era um velho, fazia parte da família e ele foi embora” (Entrevista, 2022, p. 7). Ela segue: “Dá pra pensar nisso como um processo de luto que eu vivi, porque ele era uma pessoa que eu gostava, era da minha família, me dava atenção ali dentro e foi uma pessoa que eu perdi” (Entrevista, 2022, p. 23). Ela continua: “Eu não tive oportunidade para lidar com essa perda. Eu tinha conhecido ele toda a minha vida e eu tinha ele ali e aí eu perdi ele. Foi uma época muito difícil” (Entrevista, 2022, p. 23).

Apesar de Gisele não se encontrar mais com Tonho, ela compartilha que acontecia muito dele ligar para o telefone fixo que tinha na casa dela à procura de sua bisavó Dulce. Ela conta: “Nessa época eu já era um pouco mais velha, então eu sempre atendia o telefone” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele relata: "Quando ele ligava a cobrar, as primeiras vezes eu não

pegava muito isso” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele compartilha que no início, quando ela não sabia ainda quem estava do outro lado da ligação, ela esperava a música que anunciava a chamada a cobrar terminar para saber quem era. Ela fala: “Nossa e é estranho porque eu lembro até o barulhinho da musiquinha de a cobrar e é uma lembrança ruim” (Entrevista, 2022, p. 19). Gisele conta: “Ele sempre falava bem sério assim ‘Oi, eu gostaria de falar com a Dulce, por favor,’ minha bisavó, e aí eu sabia que era ele” (Entrevista, 2022, p. 3).

Gisele afirma: “Eu conhecia a voz dele, ele era uma pessoa conhecida pra mim” (Entrevista, 2022, p. 3). Então, passado o impacto das primeiras ligações, Gisele faz a seguinte associação: “Depois eu já sabia quando era a cobrar que era ele” (Entrevista, 2022, p. 3) e segue dizendo: “Quando eu atendia o telefone eu achava esquisito falar com ele, não era tipo assim, a situação de falar com pessoas estranhas, era uma situação esquisita, porque naquela época eu já sabia que ele tinha feito alguma coisa errada” (Entrevista, 2022, p. 18). Gisele fala que se sentia: “Constrangida quando era ele” (Entrevista, 2022, p. 19) e que se questionava: “Eu falo o nome dele? Eu posso falar o nome dele? Esse nome tá permitido falar aqui ou cortou?” (Entrevista, 2022, p. 19). Ela explica: “Ninguém nunca mais falou dele, então eu não sabia se eu podia falar assim, vó é o Tonho” (Entrevista, 2022, p. 19).

Para resolver esse impasse, Gisele decide simplesmente passar o telefone para a avó dizendo: “É pra você” (Entrevista, 2022, p. 19). Quando a avó perguntava quem era, Gisele respondia: “Não sei, era a cobrar” (Entrevista, 2022, p. 19). Em relação às ligações, Gisele afirma: “Isso daí de ficar ligando lá e eu falar com ele no telefone várias vezes é uma coisa que me incomodava na época” (Entrevista, 2022, p. 18). Gisele conta: “Depois, a gente comprou um telefone que tinha bina, você via o número” (Entrevista, 2022, p. 19). Gisele relata: “Eu já tinha aprendido que o DDD 21 era do Rio de Janeiro, era ele. Então, quando eu via, se eu atendesse, eu atendia só pra falar: ‘vó, é pra você’” (Entrevista, 2022, p. 19).

Gisele fala: “Hoje eu penso muito nisso, assim, como ele continua a viver a vida dele. Ele não foi responsabilizado” (Entrevista, 2022, p. 19). Ela segue: “Ele foi como uma inconveniência, ‘nossa que saco, vou me mudar daqui’” (Entrevista, 2022, p. 20). Gisele conta: “Minha bisavó tinha muito dinheiro. Ele morava lá em casa com ela bancando tudo. Então, ele foi embora e ela continuou bancando tudo, mandando dinheiro pra ele” (Entrevista, 2022, p. 20). Gisele acredita inclusive que: “Ele ligava pra pedir dinheiro” (Entrevista, 2022, p. 20).

Gisele compartilha a seguinte lembrança: “A gente continuou morando nessa casa depois que tudo isso aconteceu. Então, todas essas memórias estavam ali ainda” (Entrevista,

2022, p. 22). Ela conta que o quarto que era de Tonho, quando ele saiu, virou dela e da mãe dela e fala: “Cheguei a dormir naquele quarto com aquele quarto sendo meu. Eu nunca tinha parado pra pensar nisso. É bizarro, porque é um quarto que tinha acontecido uma coisa tão ruim e que depois virou meu quarto” (Entrevista, 2022, p. 22). Gisele prossegue: “Eu tenho lembranças boas e ruins desse quarto” (Entrevista, 2022, p. 22).

A respeito da relação de seus pais, Gisele conta: “Meu pai e minha mãe nunca foram casados. Meu pai morava em Goiânia, mora ainda” (Entrevista, 2022, p. 3) e “Eu sinto raiva de não terem contado pro meu pai, porque se meu pai soubesse ele me tiraria de lá ou ele teria feito alguma coisa” (Entrevista, 2022, p. 9). Gisele questiona a postura de sua mãe, falando: “Por que ela não falou pro meu pai? Ela não precisava ter lidado com isso como mãe sozinha, ela poderia ter pedido ajuda dele” (Entrevista, 2022, p. 26).

Com isso, Gisele continua: “Ela me privou disso também. O meu pai nunca falou disso comigo, ele nunca nem apareceu em Brasília nessa época” (Entrevista, 2022, p. 26). Gisele chega à seguinte conclusão: “Eu acho que eu fui muito privada de cuidado da minha mãe, da minha bisavó, porque ela tava do lado do meu bisavô, do meu pai por não saber disso. Então, eu acho que eu fui muito abandonada” (Entrevista, 2022, p. 26). Em relação a seu pai, Gisele acredita que: “Ele tinha que ter feito esse papel também: ‘tá tudo bem? O que tá acontecendo?’” (Entrevista, 2022, p. 26-27) e ele não fez.

Sobre a sua mãe, Gisele fala: “Eu me senti de lado por conta dessas questões com a minha irmã” (Entrevista, 2022, p. 26) e segue: “Minha relação com a minha mãe nunca foi boa. Depois disso, assim, nunca mais foi uma relação, tanto é que hoje em dia a gente se fala em datas comemorativas” (Entrevista, 2022, p. 25). Gisele sente e afirma: “É uma violência você não ser cuidada depois de uma violência que você sofreu” (Entrevista, 2022, p. 38), “E que era alguém que tava cuidando da minha irmã, que tava com problema de saúde também, então, porque não eu?” (Entrevista, 2022, p. 38).

De acordo com Gisele, a sua família tinha condições financeiras de arcar com os custos de uma psicoterapia. Ela fala: “A gente tinha o melhor plano de saúde. É uma família que tinha informação” (Entrevista, 2022, p. 33). Ela descreve os seus familiares como: “Pessoas estudadas, que entendiam do assunto” (Entrevista, 2022, p. 34) e prossegue: “Na própria delegacia fazem esse tipo de encaminhamento do psicólogo” (Entrevista, 2022, p. 34). Ela se questiona: “Então, porque ninguém foi atrás de descobrir se aconteceu mais alguma coisa além daquilo?” (Entrevista, 2022, p. 34). Gisele explica: “O fato de eu ser uma criança

muito esperta, talvez tenha tido parte do porquê das pessoas terem deixado isso passar batido” (Entrevista, 2022, p. 11).

Gisele fala que “era uma criança muito autossuficiente, se você pode dizer isso de uma criança, né, porque de forma geral as crianças não são nada autossuficientes, mas eu fui muito” (Entrevista, 2022, p. 11). Ela segue: “Tive que ter autonomia muito cedo, porque minha irmã teve um problema de saúde muito sério e aí as atenções da família toda ficaram com ela” (Entrevista, 2022, p. 11). Gisele conta: “Quando ela tinha 3 anos, eu tinha 4 para 5, foi nessa mesma época que aconteceu o abuso, ela teve um tumor no cérebro e não era uma doença simples, principalmente para uma criança pequena” (Entrevista, 2022, p. 11). Gisele prossegue: “É aquilo de a família estar sempre no hospital acompanhando, está todo mundo exausto, muda a rotina de todo mundo” (Entrevista, 2022, p. 11).

Ela relata: “Eu sempre estudei em escola pública e esse foi o único ano que eu não estudei, porque me colocaram numa escola que tinha atividades no contraturno para eu poder estar em um lugar, porque eles não podiam ficar comigo” (Entrevista, 2022, p. 11-12). Então, na visão de Gisele: “Eu fui muito deixada de lado. Não foi propositalmente, mas me deixaram mesmo assim” (Entrevista, 2022, p. 12). Gisele declara: “Eu me virei bem, porque eu tive que me virar bem. Eu lembro de ter começado a lavar meu próprio cabelo quando eu era bem pequenininha” (Entrevista, 2022, p. 12). Segundo ela, com 6 anos de idade. Hoje, ela pensa: “Não é normal uma criança de 6 anos lavar o próprio cabelo assim e outras coisas também” (Entrevista, 2022, p. 12).

Ela segue contando: “Quando eu tinha 8, 9 anos eu já ia pra escola sozinha, pegava ônibus sozinha, ia pra casa de uma amiga que morava longe. Eu morava na Asa Sul e ia pra Samambaia de ônibus só com essa minha amiga” (Entrevista, 2022, p. 29). Gisele fala: “Eu tive que crescer muito rápido” (Entrevista, 2022, p. 29) e afirma: “Tive duas fases: pré-adolescente e adulta. Eu era pré-adolescente quando era pra ser criança e eu era adulta quando era pra ser adolescente. Só que sem a maturidade que a gente tem quando é adulto” (Entrevista, 2022, p. 30). Gisele relata: “Com a minha irmã, foi muito mais tardio, minha irmã foi pegar o ônibus sozinha com 16 anos” (Entrevista, 2022, p. 29-30) e fala: “Vejo que ela viveu as fases da vida dela de forma mais certinha. Ela foi adolescente quando tinha que ser adolescente, foi criança quando tinha que ser criança” (Entrevista, 2022, p. 30).

Gisele acredita que seus familiares pensavam o seguinte a seu respeito: “Ela foi abusada, mas ela vai para a escola sem problema, come sozinha, lava o próprio cabelo, não chora, enfim, não tem dificuldade para dormir, não tem nada” (Entrevista, 2022, p. 12). No

entanto, em relação à outra filha, era o seguinte entendimento: “Essa aqui tá doente, então eu preciso dar atenção para ela” (Entrevista, 2022, p. 12). Gisele lembra de uma situação desconfortável da sua infância e fala: “Eu fiz xixi naquela época por muitos anos, quando eu tinha 11, 12 anos e nunca soube o que que era” (Entrevista, 2022, p. 4). Ela segue: “Isso sempre foi uma questão, porque eu não podia dormir na casa de ninguém, era mó chato” (Entrevista, 2022, p. 4). Gisele conta que fez acompanhamento com uma fisioterapeuta.

Ela diz que o tratamento “foi de treinamento. Não foi um tratamento de compreender o porquê que aquilo tava acontecendo” (Entrevista, 2022, p. 17). Para ela: “Foi mais uma questão assim, você faz xixi na cama e a gente não quer que você faça mais. Então tem esses exercícios fisiológicos pra treinar pra você conseguir segurar o xixi” (Entrevista, 2022, p. 17). Gisele fala: “Eu me sinto prejudicada, sinto raiva, quando eu paro pra pensar nesse negócio do xixi na cama” (Entrevista, 2022, p. 9) e se impressiona: “Como assim ninguém foi atrás de entender o porquê que eu tava fazendo isso por tanto tempo?” (Entrevista, 2022, p. 9). Gisele conta:

É uma coisa que me causava um sofrimento tão absurdo. Eu não podia ir pra casa de ninguém. Eu tinha vergonha da minha própria casa. Eu lembro de ter vergonha da minha mãe, assim, putz, acordei de manhã e o lençol tava molhado. Passava as férias na casa dos meus avós e minhas primas, e eu com vergonha, sabe? (Entrevista, 2022, p. 10).

Ao pensar sobre essa situação, Gisele fala: “Pra mim foi muito simbólico e me mostrou que era a minha forma de enfrentamento naquela época” (Entrevista, 2022, p. 16). Ela prossegue “foi a minha forma de pedir ajuda, de lidar com isso que tava acontecendo, que foi muito traumático e eu não tive a oportunidade de elaborar de forma nenhuma” (Entrevista, 2022, p. 18), pois “ninguém nunca me perguntou sobre isso” (Entrevista, 2022, p. 18). Com isso, Gisele afirma: “eu criei meus próprios mecanismos pra lidar com isso e acho que o principal foi bloquear essa memória completamente” (Entrevista, 2022, p. 10).

Em relação ao abuso, ela conta que bloqueou tanto “a ponto de que na maioria das vezes eu não lembro que isso aconteceu comigo. Penso nisso quando surge o assunto e mesmo assim é muito difícil” (Entrevista, 2022, p. 10). Ela prossegue: “Quando não é um estupro fica mais fácil da gente pensar que não foi nada” (Entrevista, 2022, p. 10) e conclui que o pensamento era: “Tá tudo bem, ele só passava a mão em mim” (Entrevista, 2022, p. 2), “Não foi nada terrível. Só que foi” (Entrevista, 2022, p. 10). Gisele fala: “Isso me fez diminuir

a importância dessa violência. Como não foi tão sério quanto poderia, então tá tudo bem, eu tô bem” (Entrevista, 2022, p. 10).

Ela fala: “Até muito pouco tempo atrás eu dizia que isso não tinha me afetado, que eu tinha sido uma pessoa que sobrevivi” (Entrevista, 2022, p. 3). Gisele relata: “Sempre me considerei uma pessoa muito saudável de todas as formas: mental e física. Então, eu não consegui enxergar nada disso como um tipo de adoecimento. Fazer xixi na cama é porque eu bebo muita água, porque eu não consigo controlar o xixi” (Entrevista, 2022, p. 42). Nesse momento, Gisele externaliza: “o que me preocupa mais é que eu tava com uma questão de saúde também. Essa questão do xixi na cama é uma questão de saúde” (Entrevista, 2022, p. 30).

Gisele expressa: “nunca consegui colocar meus problemas no peso que eles tinham” (Entrevista, 2022, p. 42) e “percebo agora que é algo que veio dessa comparação de problemas. O da minha irmã sempre foi maior, porque era mais difícil, tinha sequelas mais visíveis, porque eu tive também, mas ninguém percebeu” (Entrevista, 2022, p. 42). Ela argumenta: “Uma criança de 12 anos fazer xixi na cama é um problemão” (Entrevista, 2022, p. 42) e reconhece “tanto é que hoje eu não peço ajuda” (Entrevista, 2022, p. 42), porque “sempre tem alguém com algum problema pior” (Entrevista, 2022, p. 38).

Quando Gisele pensa sobre o abuso, chega até ela: “Eu fui abusada” (Entrevista, 2022, p. 39), mas logo na sequência ela pensa: “Ah, mas tem gente que foi estuprada mesmo. Então, não é um abuso assim, né?” (Entrevista, 2022, p. 39). Na percepção de Gisele acontecia a seguinte comparação entre ela e a irmã: “A Gisele tá mal, mas a Gabriela tá com tumor. A Gisele tá triste na hora de ir pra escola, mas a Gabriela tá internada no hospital há meses” (Entrevista, 2022, p. 38-39). Ela segue: “A Gisele tá fazendo xixi na cama, mas a Gabriela não tá andando. A Gisele tá fazendo xixi na cama até os 12 anos, mas a Gabriela com 10 tá tendo que ir pra fono, porque ela não tá falando” (Entrevista, 2022, p. 40). Com isso, ela fala: “Eu internalizei muito que o meu problema não é tão grande” (Entrevista, 2022, p. 40).

Hoje, Gisele afirma que “o maior impacto na minha saúde mental e na minha vida não foi o abuso em si. Foi a forma como lidaram com ele depois, a falta de acolhimento e de suporte que eu tive” (Entrevista, 2022, p. 40). Gisele afirma que “essa entrevista foi muito boa pra eu pensar sobre isso” (Entrevista, 2022, p. 25). Pois, ela constata: “Fiquei muito fragilizada com tudo que aconteceu” (Entrevista, 2022, p. 27). Gisele percebe o abuso como “o que deu o pontapé inicial em toda essa fragilidade” (Entrevista, 2022, p. 27). Ela fala: “Tudo que surgiu na nossa conversa, surgiu agora. É novo para mim, inclusive eu vou ter que

trabalhar na terapia, porque é algo que nunca tinha surgido, nunca me veio de falar sobre isso” (Entrevista, 2022, p. 29).

Gisele continua que “hoje, eu sinto que é algo que me impacta muito o fato de eu não confiar em ninguém. É uma coisa muito séria que eu trabalho em terapia e que é muito difícil” (Entrevista, 2022, p. 27). Gisele menciona que “o fato da falta de confiança na minha rede de apoio ter começado lá atrás” (Entrevista, 2022, p. 29). Gisele fala: “eu me sinto sozinha no mundo” (Entrevista, 2022, p. 27) e explica “tenho minha mãe, tenho meu pai, meus avós, todos vivos, meu namorado, meus amigos, mas eu não sinto que eu tenha uma rede de apoio” (Entrevista, 2022, p. 27-28).

Gisele fala: “As pessoas da minha rede de apoio se omitiram, e aí eu fui minha própria rede de apoio e até hoje eu sinto que eu sou” (Entrevista, 2022, p. 27). Nesse sentido, “nunca consegui confiar nas pessoas o bastante. Eu não tenho coragem de pedir ajuda pras pessoas, eu tenho vontade” (Entrevista, 2022, p. 27), mas explica: “pra eu recorrer tem que ser uma coisa muito séria que eu não consiga fazer sozinha” (Entrevista, 2022, p. 28).

Ao resgatar a experiência de violência sexual sofrida na infância, Gisele concluiu: “É uma violência que ela vem de várias partes, assim, porque não me protegeram quando eu precisei ser protegida” (Entrevista, 2022, p. 29). Em razão disso, ela entende que precisou ser “um pouco mais autônoma e independente” (Entrevista, 2022, p. 29). Na visão de Gisele: “Me viram independente, por conta de tudo, só reforçaram essa independência” (Entrevista, 2022, p. 29). Gisele entende que “me violentaram na primeira vez quando me fizeram ser independente tão nova e mantiveram essa independência porque viram que funcionava pra eles é menos uma criança que eu tenho que me preocupar” (Entrevista, 2022, p. 29).

Mesmo revivendo tantas lembranças dolorosas, Gisele finaliza dizendo: “seu tema me tocou e me tocou de uma forma que eu não sabia e que talvez tenha sido a porta pra eu trabalhar essa questão que tá mal resolvida na minha vida, então foi realmente um prazer” (Entrevista, 2022, p. 45). Ela continua: “Espero que ajude mesmo na pesquisa e que você consiga ajudar outras pessoas nessa situação, porque precisamos muito” (Entrevista, 2022, p. 45).

4.2.2 As camadas do sofrer

Nas histórias de Gisele e Joana muitos sofrimentos surgiram em decorrência da experiência de violência sexual sofrida tanto de maneira imediata quanto a longo prazo e discorrerei sobre elas a seguir. Denomino como camadas do sofrer, pois surgem aos poucos a

medida em que as entrevistadas vão se permitindo se aproximar dessas experiências dolorosas e também reveladoras.

Gisele relata que uma camada desse sofrer é sentido a partir da constatação da dificuldade que ela tem em confiar nas pessoas. Apesar de sentir “vontade” (Gisele, 2022, p. 27), Gisele compartilha não ter “coragem de pedir ajuda” (p. 27). Ela acredita ser um reflexo do abuso que sofreu. Joana, por sua vez, entende que não tem “vergonha e sempre que sentia necessidade de falar, falava” (Joana, 2022, p. 11). Ela complementa que “quando as coisas aconteciam” (p. 11), ela “procurava alguém para falar” (p. 11). O sofrimento de Joana girava em torno do “ninguém dava crédito” (p. 11) ao que ela compartilhava.

Joana traz a questão da culpa após a vivência das violências sexuais e fala que se perguntou durante muito tempo: “o que que fiz? Por que comigo?” (Joana, 2022, p. 30). Isso trouxe bastante sofrimento a ela que afirma que “quando as pessoas não sabem, elas acham que a culpa é delas” (p. 29-30). Então, para Joana é essencial informar as pessoas que “você não fez nada de errado! Fizeram com você” (p. 12). Gisele também sente culpa na vivência do abuso, porém de um outro lugar. Gisele fala que com a saída abrupta de Tonho de sua casa ela lembra que se sentiu “um pouco culpada porque ele não tava mais lá e ele era um velho, fazia parte da família e ele foi embora” (Gisele, 2022, p. 7). Ela fala que a sensação de “dever algo a ele” (p. 21), porque ele estava “sendo tão legal” (p. 21), uma vez que ele não tinha “a obrigação de deixar a gente ver TV no quarto dele e ele deixava a gente assistir a hora que a gente quisesse” (p. 21). Então, além da culpa, vinha um sentimento de dívida.

Guimarães e Melo (2020) nos alertam para a possibilidade de que distúrbios afetivos decorram dessa experiência da violência sexual. As autoras falam em choros recorrentes, sentimento de culpa e vergonha. Há também a possibilidade de uma confusão emocional em relação à figura do abusador, com a presença dos sentimentos de amor e ódio, o que dificulta no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis no futuro (MPDFT, 2015). Tendo como base essas perspectivas, é possível observar que Joana e Gisele sentiram culpa. Joana destaca que ficou por anos com esse sentimento e se questionando do porquê aquilo havia acontecido consigo.

No que tange a confusão de sentimentos em relação ao abusador (MPDFT, 2015), Gisele compartilha que além da culpa, também havia o sentimento de dívida para com o Tonho, tido como seu avô. Mello e Dutra ressaltam que crianças e adolescentes que vivenciam situação de violência sexual, experimentam afetos não positivos por parte de quem

os violentou e isso pode favorecer que tais pessoas passem a compreender a relação de forma conflituosa, com a presença de vários sentimentos.

Nesse ponto, destaco o sentimento de dívida que Gisele disse sentir em relação a Tonho. Para ela, a relação entre eles, era uma relação que envolvia uma dívida dela pelo fato dele deixá-la assistir TV no quarto dele. Ela gostava dele e sentia gratidão por ele ser atencioso com ela. No entanto, ao mesmo tempo em que ele era carinhoso ao ceder o quarto dele, ele também ultrapassava os limites do respeito e a violentava. São sentimentos que estão em lados opostos, o que, de fato, traz uma confusão emocional (MPDFT, 2015).

Ao longo dos anos, quando ela atendia as ligações dele, ela disse que se sentia: “constrangida” (Gisele, 2022, p. 19) e era algo que a “incomodava” (Gisele, 2022, p. 18). Hoje, Gisele relata sentir indignação por ele não ter sido “responsabilizado” (Gisele, 2022, p. 19) pelo que fez. Como isso, vemos que Gisele experimentou vários sentimentos em relação a Tonho, o que demonstra a confusão emocional que a literatura ressalta. Gisele ao refletir sobre a ida repentina de Tonho de sua casa, fala que hoje compreende isso como “um processo de luto” (Gisele, 2022, p. 23), o qual ela não teve a “oportunidade para lidar” (p. 23). Para Gisele, Tonho era alguém que ela “gostava, era da família” (p. 23), lhe “dava atenção” (p. 23) e foi uma pessoa que ela entende ter perdido. Ela compartilha que “foi uma época muito difícil” (p. 23). Outra camada de sofrimento desvelada a partir da entrevista.

Em relação aos sofrimentos que apareceram durante a vivência de abuso, ambas contaram que se sentiram confusa com o que estava acontecendo. Joana fala que sentiu um misto de prazer e estranheza em relação aos toques advindos do abuso. Ela entende que “no começo, o toque era uma coisa boa, mas ao mesmo tempo eu comecei a ficar assustada, incomodada” (Joana, 2022, p. 4). E conclui que “o que no começo fica parecendo que é algo prazeroso, depois vira um sofrimento” (p. 1-2).

Gisele lembra “de sentir uma coisa esquisita. Não era aquele carinho legal, que você recebe da sua mãe, era esquisito” (Gisele, 2022, p. 2). Gisele compartilha que o seu pensamento era: “ele só passava a mão em mim” (p. 2) e continua “não foi nada terrível. Só que foi” (p. 10). Podemos dizer que essa forma de pensar de Gisele trouxe a ela um novo pesar em seu sofrimento, visto que em suas palavras: “isso me fez diminuir a importância dessa violência. Como não foi tão sério quanto poderia, então tá tudo bem” (p. 10).

Gisele diz sofrer muito quando pára para pensar em alguma situação dolorosa que esteja passando, pois como para ela “sempre tem alguém com algum problema pior” (Gisele, 2022, p. 38), ela não consegue atribuir aos seus “problemas o peso que eles tinham” (p. 42).

Ela se dá conta de que ao longo de sua vida ela sempre fez uma “comparação de problemas” (p. 42). Para ela, não cabia pedir nem reclamar nada, tendo em vista que sua irmã “tinha sequelas mais visíveis” (p. 42) da sua luta contra um tumor no cérebro. Hoje, Gisele consegue dar uma dimensão maior para o seu sofrimento, por exemplo, de fazer xixi na cama até os 12 anos.

Nota-se isso quando ela diz que “uma criança de 12 anos fazer xixi na cama é um problemão” (Gisele, 2022, p. 42). Gisele relata que essa situação lhe “causava um sofrimento tão absurdo, uma vez que ela “não podia ir pra casa de ninguém, tinha vergonha na própria casa” (p. 10). Para ela, o nível de sofrimento era tão grande que ela relata: “eu lembro de ter vergonha da minha mãe, assim, putz, acordei de manhã e o lençol tava molhado. Passava as férias na casa dos meus avós e minhas primas, e eu com vergonha, sabe?” (p. 10). Ela entende como uma situação muito vergonhosa que se estendeu por muitos por falta de um olhar mais cuidadoso de sua família. Ela afirma esse pensamento com a indagação: “Como ninguém foi atrás de entender o porquê que eu tava fazendo isso por tanto tempo?” (p. 9). Pensando sobre isso hoje, ela se sente “prejudicada e com raiva” (p. 9).

Sampedro (2019) ressalta que a experiência de violência sexual na infância e adolescência pode provocar disfunções emocionais e comportamentais como enurese. Então, o fato de Gisele ter feito xixi na cama por tanto tempo pode ser um indicador de que ela estava em sofrimento e não tinha espaço para expressá-lo de outra forma.

A respeito dos sofrimentos que surgiram na sequência da vivência da violência sexual, Joana compartilha que se sentiu suja e com uma necessidade urgente de se limpar. Ela salienta que “queria era um banho, álcool, cloro. Queria qualquer coisa que tirasse aquela agonia do meu corpo” (Joana, 2022, p. 5). Ela conta “passei a tomar banho e a sensação que eu tinha era que eu ainda não estava limpa” (p. 5). Joana sentiu o seu corpo tão invadido e violentado que a sensação concreta era de que o seu corpo, representado pela sua pele, estavam sujos.

A longo prazo Joana percebe em conflito em relação a sua sexualidade. Para ela, no início do casamento, fazer sexo era demasiadamente sofrido. Ela conta “tinham momentos que eu tinha receio de estar no ato sexual e aí eu me sentia mal, às vezes eu me sentia impura, me sentia suja” (Joana, 2022, p. 22). Joana transitava entre os extremos, em alguns momentos se sentia suja e indigna, em outros se percebia pura e digna de respeito. Ela fala: “Era eu tentando achar o equilíbrio da coisa. Um sofrimento” (p. 22). Ela conta que tinha momentos que ela chorava durante o sexo tamanho era o seu sofrimento e o seu medo de ser invadida e desrespeitada novamente (p. 23). Nesses momentos de medo, é como se ela estivesse

revivendo em alguma medida as violências que passou na infância e adolescência. Elas se presentificavam no ato sexual com o marido e ganhavam outras formas. Por conta disso, Joana percebe que ela e seu marido viveram longos períodos de insatisfação em relação ao sexo até construírem a relação que têm hoje.

A respeito das consequências na vida sexual da mulher que sofreu violência na infância, é possível encontrar os sentimentos de culpa, medo e nojo, que são entendidos como reflexos da quebra de confiança e da vergonha que estão ligadas às situações de violência vivenciada (APOLINARIO, 2020). Durante o sexo, os sentimentos de medo e vergonha podem ser percebidos como invasivos, pois podem remeter à mulher ao toque físico que ela recebeu quando foi violentada sexualmente (SAMPEDRO, 2019). Com isso, ao invés dela receber o toque como carinho, o recebe como algo aversivo (SAMPEDRO, 2019).

É muito comum, que mulheres que tenham sofrido violência sexual relatem reviver, durante a atividade sexual, as dores que sofreram quando foram violentadas e isso ocorre por meio de *flashbacks* e outros sintomas, que podem tornar o sexo demasiadamente doloroso e aversivo (SAMPEDRO, 2019). Conforme vemos, inclusive na narrativa de Joana que compartilha ter por um período medo durante o ato sexual ao ponto de chorar, por receio de ser invadida novamente. Nesse sentido, mulheres que sofreram violência sexual na infância com certa frequência apresentam insatisfação e sofrimento associados ao sexo (APOLINARIO, 2020). Joana corrobora com esse ponto da literatura ao dizer que por muito tempo ela e seu marido estiveram insatisfeitos com a relação sexual.

Um sofrimento que decorreu da decisão de Joana de sair de casa para não ter mais que conviver com o seu cunhado que a violentou, foi se submeter a exigência do seu pai de se casar, pois para ele ela não podia morar sozinha. Com isso, Joana teve que abrir mão do seu sonho de ser geóloga, posto que “tinha que pagar as contas” (Joana, 2022, p. 35). Então, ela conta “eu tive que me virar, fui para a rua vender coisas” (p. 35). Podemos dizer que o preço da sua liberdade custou o preço do seu sonho de ser geóloga.

Joana relatou ter vivido recentemente um assédio moral no trabalho e compartilhou o sofrimento que surgiu dessa experiência a partir do questionamento “De novo eu tô sendo assediada? Uma vez foi sexualmente. Fui vítima de manipulação na infância, na adolescência e na vida adulta” (Joana, 2022, p. 16). Ela segue dizendo “eu fiquei em estado depressivo e ainda estou saindo desse estado” (p. 16). Foi tão intenso se perceber de novo em uma situação de violência que Joana relatou “não sei mais quais são as minhas capacidades, eu não sei

quais são as minhas habilidades mesmo sendo muitas” (Joana, 2022, p. 16). Quando ela fala sobre as capacidades e habilidades está se referindo ao contexto do trabalho.

Como consequências psicológicas de uma situação de violência sexual podem surgir depressão, tristeza, solidão e baixa autoestima e dificuldades de relacionamento (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). No tocante as consequências sociais e econômicas, pode haver diminuição da capacidade laboral, bem como o risco de voltar a ser vítima de violência (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

No relato de Joana pontuado acima, percebemos tanto as consequências psicológicas quanto as sociais e econômicas (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Ela compartilha estar saindo de um processo depressivo, que pode envolver o sentimento de tristeza, solidão e baixa autoestima. Joana admite não saber mais quais são as suas capacidades e habilidades em relação ao trabalho e se percebe sendo vítima de violência na infância, adolescência e na fase adulta.

Retomo aqui uma consequência psicológica (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020) destacada por Gisele quando ela diz “eu me sinto sozinha no mundo” (Gisele, 2022, p. 27). Percebemos, nesse momento, um sentimento de solidão e tristeza tão grande que reflete na capacidade dela de confiar nas pessoas. Ela conta que nunca conseguiu “confiar nas pessoas o bastante” (Gisele, 2022, p. 27), sinalizando, assim, uma dificuldade de relacionamento.

4.2.3 A força do Empoderar-se

A produção das narrativas corrobora com o entendimento de Vasconcelos (2006) acerca do alcance que uma narrativa pode ter na vida de quem relata a sua história e também, no caso específico da presente pesquisa, na vida desse grupo de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência e que ainda não tinham se dado conta de que viveram tal experiência ou mesmo que tenham ficado silenciadas por algum motivo. Gisele compartilha que, em geral, ela não se percebe como alguém que tenha sofrido violência sexual quando criança e só se dá conta disso quando surge “o assunto todas as mulheres já foram abusadas” (Gisele, 2022, p. 18). Nesse momento ela percebe: “eu também” (p. 18). Ou seja, Gisele só se inclui no grupo de mulheres que foram violentadas sexualmente na infância quando uma outra pessoa expõe que viveu essa situação.

Com isso, notamos que o empoderamento exerce a sua força tanto no individual quanto no coletivo quando experiências são compartilhadas (VASCONCELOS, 2006). Na visão desse autor, a narrativa quando cuidada, elaborada e compartilhada, serve como

capacitação para quem viveu uma experiência dolorosa a se colocar como porta-vozes desse grupo. Para Gisele e Joana, falar sobre as suas histórias, as habilita para se colocarem como porta-vozes do grupo de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência.

No caso de Joana, ela relata “só vim descobrir que eu tinha sido vítima de violência já adulta” (Joana, 2022, p. 1-2). Então, para ela uma ferramenta que auxilia no empoderamento é “saber que o assédio existe” (p. 29). Ela acredita no potencial transformador que uma informação bem divulgada pode gerar na vida de uma pessoa. Movida por isso, ela deseja “que o resultado do trabalho de vocês alcance muita gente” (p. 31). A partir do relato de Joana, entendemos que uma forma de divulgar informações relevantes é dar espaço de fala e elaboração para que histórias diversas sejam conhecidas. É oportunizar meios para que a força do empoderar-se ocupe lugares e alcance pessoas.

4.2.4 Estratégias de enfrentamento

No que diz respeito as estratégias de enfrentamento, é fundamental que pensemos em três categorias: cuidado de si, ajuda mútua e suporte mútuos (VASCONCELOS, 2006). Para o autor, o cuidado de si refere-se ao desenvolvimento de formas da pessoa em sofrimento reagir aos desafios da vida, a fim de que ela consiga recuperar sua autonomia e prazer na vida. Por sua vez, a ajuda mútua se trata de grupos de troca de vivência, apoio emocional e compartilhamento de diferentes estratégias para lidar com os problemas comuns. Um exemplo desse tipo de apoio é o grupo de alcoólicos anônimos. O suporte mútuo se concretiza por meio de dispositivos de ajuda mútua, com o objetivo de pensar atividades de cuidado e suporte concreto na vida cotidiana como passeios e atividades de lazer e cultura.

Pensando nos conceitos trazidos por Vasconcelos (2006), pode-se dizer que a rede de apoio pode ser relacionar dentro da esfera de estratégias de enfrentamento nas categorias ajuda mútua e suporte mútuo. No tocante a rede de apoio, destacamos que ambas as entrevistadas afirmaram não ter tido esse tipo de suporte quando sofreram as violências sexuais, o que será problematizado no tópico seguinte.

Em relação à Joana, notamos que ela desenvolveu estratégias de enfrentamento a partir da categoria cuidado de si (VASCONCELOS, 2006), uma vez que encontrou formas de enfrentar o que lhe causava dor reagindo de maneira ativa. A primeira delas foi se informar a respeito do que era violência. Ela teve a iniciativa de buscar conhecimento do que se tratava o conceito e foi quando ela se deu conta de que havia passado por tais circunstâncias. Por meio

do conhecimento adquirido com as leituras, Joana percebeu que foi “vítima de manipulação na infância, na adolescência e na vida adulta, que não envolveu uma questão sexual, mas envolveu uma violência” (Joana, 2022, p. 16).

Ela entende que o homem de 30 anos que a violentou sexualmente quando ela tinha 10 anos, “manipulou a gente para conseguir levar para a casa dele” (Joana, 2022, p. 15-16) e, com isso, ele teve a oportunidade de abusá-la sexualmente. Então, segundo ela, a via que possibilitou o abuso foi a manipulação feita pelo homem. Posterior a isso, ela fala de modo bem enfático: “não quero passar a vida inteira sendo manipulada. Eu quero viver a partir das minhas vontades, respeitando os outros, mas também sendo respeitada” (p. 17). Com isso, ela conclui que “se as pessoas não sabem me respeitar, eu vou ter que estabelecer o meu campo de respeito” (p. 17-18).

Dessa forma, Joana compreende que para estar em sociedade ela precisou desenvolver estratégias de relacionamento para se preservar. Identificamos esse pensamento quando ela fala: “se cada um é de um tipo e tem pessoas que gostam de manipular, seja fisicamente, psicologicamente, então eu preciso me preparar para tá dentro da sociedade e ter minhas estratégias de convivência defensivas” (Joana, 2022, p. 17). Ela aprendeu que para se relacionar é vital “saber qual a minha distância de segurança” (2022, p. 15). Uma outra estratégia de enfrentamento de Joana em situações de perigo “é confrontar o bloqueio para eu não ficar bloqueada” (Joana, 2022, p. 24), pois “o que eu mais tenho medo é de ficar paralisada” (p. 24).

Tratando da violência sofrida por Joana quando ela tinha 10 anos, percebemos que a primeira estratégia de enfrentamento foi pedir socorro para a sua amiga que estava do outro lado da extensão. Ela fala para a sua amiga: “Vem aqui agora pelo amor de Deus. Não pergunte o que é. Venha! Bata na porta do quarto por favor” (Joana, 2022, p. 4). A partir desse pedido de socorro, Joana conseguiu sair correndo do quarto, pois sua amiga fez o que ela pediu. Assim, notamos que Joana enfrentou a situação de violência. Inclusive, no caminho de sua casa, ela conta para a sua amiga tudo o que aconteceu, porém sua amiga não acredita em sua história. No entanto, vale ressaltar que Joana fala mesmo assim, ela rebate que não tem porque “inventar uma história dessas” (p. 5).

Em relação a estratégia de falar, Joana entende que sempre que “sentia necessidade de falar, falava” (Joana, 2022, p. 11). Todavia, como não acreditavam nela ou por não terem o que fazer, Joana desenvolveu o mecanismo: “fica quieta e segue a vida!” (p. 6). O processo de revelação da violência sexual pela criança e pelo adolescente é compreendido como um

elemento chave que tem a potencialidade de revelar os desdobramentos que essa violência pode proporcionar na vida de quem sofreu a violência e também na vida de seus familiares (COUTINHO & MORAIS, 2018). Dessa forma, pode-se dizer que Joana, apesar de falar na tentativa de buscar ajuda, ela acabava sendo silenciada por seus familiares. Nesse caso, o silenciamento se levanta como uma barreira que torna difícil para Joana encontrar estratégias de enfrentamento e lhe traz mais sofrimento, uma vez que a coloca em uma situação de solidão e sufocamento.

Para que os cuidados ofertados para a criança e o adolescente sejam efetivos e que diminuam os danos provocados pela violência sexual, os familiares devem validar o relato da criança e do adolescente, protegê-los de quem os violentou, prevenindo, assim, novos episódios de violência. Nesse esforço de proteção, devem dar suporte afetivo para a criança e o adolescente, oferecendo denúncia aos órgãos competentes e assegurando o acompanhamento médico, psicológico, social e jurídico necessários a este público (HABIGZANG et al, 2011). As medidas adotadas pelos familiares diante da revelação da violência sexual indicam quais as práticas que “potencializam o risco e o dano da violência para a vítima, assim como para o planejamento de estratégias mais eficazes para a promoção da proteção e qualidade de vida das crianças e adolescentes” (p. 469).

Pensando no momento em que Joana revela para a sua amiga a situação de violência sexual que sofreu quando tinha 10 anos e no fato de sua amiga não ter acreditado em sua palavra, notamos aqui que sua amiga a silencia, ainda que sem a intenção. Tamanha era a solidão e o sufocamento que Joana sentia que ela recorreu a escrita como uma forma de enfrentamento a partir categoria cuidado de si (VASCONCELOS, 2006). Joana, em busca de elaborar a situação de violência sofrida na infância, escreve em um diário a experiência dolorosa que passou com aquele homem no quarto. Por meio do diário, sua mãe tomou conhecimento dos fatos, porém mesmo acreditando em Joana, não conseguiu oferecer cuidado e proteção a ela e inclusive a silenciou novamente dizendo que “seu pai não pode saber, senão vai mandar pegar o homem” (Joana, 2022, p. 12).

Com relação a Gisele sobre as suas estratégias de enfrentamento, percebemos que também foram sob a perspectiva do cuidado de si (VASCONCELOS, 2006). Inicialmente, a maneira que Gisele encontrou de reagir a situação de violência que viveu “foi bloquear essa memória completamente” (Gisele, 2022, p. 10) e segue dizendo “na maioria das vezes eu não lembro que isso aconteceu comigo. Penso nisso quando surge o assunto e mesmo assim é muito difícil” (p. 10). Para que Gisele se lembre ou se dê conta de que ela sofreu violência

sexual, esse assunto precisa surgir em uma conversa. Quando Gisele se lembra de quando era criança após vivência do abuso sexual, ela relata “eu fiz xixi naquela época por muitos anos, quando eu tinha 11, 12 anos e nunca soube o que que era” (Gisele, 2022, p. 4).

Gisele, refletindo sobre a questão do xixi na cama, chega ao entendimento de que “pra mim foi muito simbólico e me mostrou que era a minha forma de enfrentamento naquela época” (Gisele, 2022, p. 16). Na sua visão, ficou evidente que “foi a minha forma de pedir ajuda, de lidar com isso que tava acontecendo, que foi muito traumático e eu não tive a oportunidade de elaborar de forma nenhuma” (p. 18). Gisele acredita que precisou desenvolver seus “próprios mecanismos pra lidar com isso” (p. 10), visto que “ninguém nunca me perguntou sobre isso” (p. 18).

Importa destacar que a estratégia de bloquear completamente o conteúdo do que lhe trazia sofrimento pode se configurar como um mecanismo de defesa, desenvolvido por Freud como recalque (informação verbal)². Aquilo que é da ordem do insuportável, recalamos, haja vista a ausência de recursos para elaborar determinado conteúdo e esse mecanismo de defesa acontece de maneira inconsciente. Como não damos conta psiquicamente de suportar o conteúdo doloroso na sua integralidade, ele retorna por meio de sonhos, sintomas, chistes e atos falhos (informação verbal)³. No caso de Gisele, o sofrimento foi expresso também através do sintoma de fazer xixi na cama por mais tempo do que o esperado para a fase de desenvolvimento da criança. Lembrando que esse sintoma a acompanhou até os 12 anos.

Outra estratégia de enfrentamento de Gisele foi que ela precisou desenvolver “autonomia muito cedo” (p. 11), pois sua “irmã teve um problema de saúde muito sério e aí as atenções da família toda ficaram com ela” (p. 11). Com isso, ela percebe “eu me virei bem, porque eu tive que me virar bem” (p. 12). Não foi uma questão de escolha, mas de sobrevivência. Gisele quando conta a respeito de como era quando criança, ela se descreve como “muito autossuficiente” (p. 11). Tendo em vista que ela precisou desenvolver autonomia desde muito cedo, uma das formas de enfrentamento de seus problemas é tentar resolver sozinha. Ela conta que “não peço ajuda” (Entrevista, 2022, p. 42), pois desde cedo teve que aprender a resolver os seus problemas “sozinha” (p. 28).

Importa destacar que o que Gisele nomeia como autonomia entendemos como uma forma de violência, na modalidade negligência, que sua família cometeu contra ela (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022). O dever da família diz respeito a

² RESENDE, Tania Inessa Martins de. **Sexualidade, Recalque e Teoria da Psicanálise**. 2018. Notas de aula. Não paginado.

³ RESENDE, Tania Inessa Martins de. **Sexualidade, Recalque e Teoria da Psicanálise**. 2018. Notas de aula. Não paginado.

garantida do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária conforme prevê o art. 4º do ECA (BRASIL, 1990). Portanto, a omissão de cuidados relacionados aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes configura-se como descumprimento de dever legal. Segundo a ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2022), o abandono e supervisão inadequada são formas de negligência.

O abandono se evidencia quando Gisele afirma “eu fui muito abandonada” (Gisele, 2022, p. 26) e a supervisão inadequada fica manifestada na constatação “eu me virei bem, porque eu tive que me virar bem” (p. 12). A violência cometida pela família de Gisele foi também percebida por ela ao longo da entrevista, quando ela se dá conta que “me violentaram na primeira vez quando me fizeram ser independente tão nova e mantiveram essa independência porque viram que funcionava pra eles. É menos uma criança que eu tenho que me preocupar” (Gisele, 2022, p. 29). Pais autoritativos incentivam a autonomia da criança e do adolescente, estimulando suas tomadas de decisão, bem como, possibilitam a liberdade e expressão de afeto, uma vez que dão espaço para que os pais e as crianças conversem e expressem sobre os seus sentimentos (MINETTO & CRUZ, 2018). Autonomia é dar condições para a criança se desenvolver de maneira saudável, segura e responsável, o que não foi oportunizado para Gisele.

Reitero a importância da família em oferecer suporte afetivo para a criança e o adolescente, realizando a denúncia nos órgãos de proteção e garantindo o acompanhamento médico, psicológico, social e jurídico necessários a este público (HABIGZANG et al, 2011). Em relação à Gisele, a denúncia foi feita, porém a falta de acompanhamento psicológico foi algo que faltou tanto para Gisele quanto para Joana e que será abordado no tópico seguinte.

4.2.4.1 Ausência de Rede de Apoio

Sampedro (2019) acredita na importância da mobilização das vítimas para a superação dessa vivência dolorosa e atrelado a essa esperança de sobreviver mostra-se fundamental o apoio da família e de amigos. Todavia, Joana e Gisele relataram sentir falta de uma rede de apoio para elaborar e superar a situação de violência sexual sofrida. Gisele chega a afirmar que “o maior impacto na minha saúde mental e na minha vida não foi o abuso em si. Foi a forma como lidaram com ele depois, a falta de acolhimento e de suporte que eu tive” (Gisele,

2022, p. 40). Para ela é muito evidente que “as pessoas da minha rede de apoio se omitiram, e aí eu fui minha própria rede de apoio e até hoje eu sinto que sou” (p. 27).

Por não ter tido rede de apoio quando precisou (Gisele, 2022, p. 29), Gisele declara que nunca conseguiu confiar o bastante nas pessoas. Ela, apesar de saber que tem familiares vivos, se sente “sozinha no mundo” (p. 27). Ela sente que foi “muito deixada de lado. Não foi propositalmente, mas deixaram mesmo assim” (p. 12). A dificuldade de confiar nas pessoas é uma questão levantada por Sampedro (2019) que percebeu esse prejuízo psicológico e relacional nas entrevistas que realizou em seu trabalho.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que uma criança que sofreu violência sexual pode ter vários aspectos de seu desenvolvimento prejudicados, sendo um deles a confiança (MELLO & DUTRA, 2008). Com tais aspectos abalados, a criança pode se sentir incapaz e isso pode trazer os sentimentos de culpa, raiva, abandono, decepção. Podendo, a longo prazo, desenvolver prognósticos de depressão, bem como, comportamentos autodestrutivos e de autodesprezo (MELLO & DUTRA, 2008). Gisele, ao se lembrar do abuso que sofreu e da forma como lidaram com ele, constata que achava que a sua bisavó era um fator de proteção e não era “porque ela protegeu mais ele do que eu” (p. 9).

Dessa forma, Gisele entende que foi “muito privada de cuidado da minha mãe, da minha bisavó, porque ela tava do lado do meu bisavô, do meu pai por não saber disso. Então, eu acho que eu fui muito abandonada” (Gisele, 2022, p. 26). Após a violência sexual e após os trâmites jurídicos da denúncia feita, Gisele afirma que “depois disso, não tive nenhum tipo de acompanhamento, não fui pra psicóloga” (p. 3). De acordo com Gisele, não foi por falta de recursos financeiros, pois segundo ela “gente tinha o melhor plano de saúde” (p. 33). Gisele sente raiva de não ter tido apoio psicológico nem de sua família nem de uma profissional.

Dessa forma, Gisele entende que foi “muito privada de cuidado da minha mãe, da minha bisavó, porque ela tava do lado do meu bisavô, do meu pai por não saber disso. Então, eu acho que eu fui muito abandonada” (Gisele, 2022, p. 26). Após a violência sexual e após os trâmites jurídicos da denúncia feita, Gisele afirma que “depois disso, não tive nenhum tipo de acompanhamento, não fui pra psicóloga” (p. 3). De acordo com Gisele, não foi por falta de recursos financeiros, pois segundo ela “gente tinha o melhor plano de saúde” (p. 33). Gisele sente raiva de não ter tido apoio psicológico nem de sua família nem de uma profissional.

Nesse momento, vale a pena destacar que Gisele compartilha se sentir privada de cuidados, abandonada e com raiva de não ter tido o suporte que desejava. Sabendo que a criança vítima de violência sexual, pode sentir e vivenciar situações de raiva, abandono,

decepção (MELLO & DUTRA, 2008). No caso de Gisele, esses sentimentos estão associados a inabilidade e insensibilidade de sua rede de apoio, que, na sua visão, não fez esforços para lhe dar amparo. A medida adotada por eles foi retirar quem a violentou da casa de perto dela, o que certamente é uma atitude de proteção importante e que faltou por exemplo na experiência de Joana. Porém oferecer suporte emocional e buscar acompanhamento psicológico, quando necessário, são também importantes formas de proteção que Gisele relata não ter tido.

Joana também afirma nunca ter tido rede de apoio nem sequer acompanhamento psicológico, pois de acordo com ela, não era uma da cultura da época. Joana fala com muita tristeza que de fato não encontrava apoio em seus pais. Ela percebe que a falta de suporte favoreceu para que ela tivesse mais dificuldade de encontrar estratégias de enfrentamento para lidar com os inúmeros sofrimentos que se desdobraram da situação de violência sexual que passou. Ela afirma estar em busca de reconstruir a sua identidade que foi perdida e acredita que esse processo já poderia ter acontecido caso tivesse encontrado uma rede de apoio. Assim como Gisele, Joana aprendeu a lutar por ela já que ela não encontrou quem o fizesse. Desse modo, notamos que ambas se distanciam das pessoas e tentam resolver os seus problemas sozinhas.

A rede de apoio social e afetiva da criança pode minimizar ou potencializar os danos do abuso sexual no momento em que a criança consegue romper o segredo e revelar a violência. Dessa forma, a rede de apoio mostra-se um essencial fator de proteção e prevenção da criança e do adolescente (HABIGZANG et al. 2011). Essa rede é “compreendida como o conjunto de sistemas e de pessoas significativas (estrutura) que compõem os relacionamentos existentes e percebidos pela criança, e que podem atuar no sentido de efetivamente protegê-la (função)” (HABIGZANG et al. 2011, p. 468).

Dessa forma, o suporte social e afetivo se refere ao modo como a pessoa percebe o seu mundo social, como se orienta nele, como são as suas relações, habilidades e estratégias de estabelecer conexões com as pessoas, e como são os recursos que esse suporte lhes oferece diante de situações de risco que se apresentam ao longo da vida (HABIGZANG et al. 2011). No caso de Gisele, ela relata se sentir só no mundo mesmo sabendo que seus familiares estão vivos, ela não os percebe como rede de apoio, tendo em vista que “não me protegeram quando eu precisei ser protegida” (Gisele, 2022, p. 29). Ela entende que se eles não a protegeram quando ela era criança, tampouco o farão agora que é adulta. No caso de Joana, ela também entende que não teve rede de apoio dos pais e afirma que precisou fazer por ela o que ela

gostaria que a sua rede de apoio fizesse. Ela precisou desenvolver sozinhas as suas estratégias de enfrentamento.

Importa destacar que em situação de violência sexual contra crianças e adolescentes a rede de apoio é compreendida como família, escola, comunidade (HABIGZANG et al. 2011). Na comunidade e justiça, a criança e o adolescente encontram apoio no Conselho Tutelar (CT), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Conselho de Direitos da Criança, Ministério Público (MP) e Juizado da Infância e Adolescência (HABIGZANG et al. 2011). Temos também os abrigos, serviços de saúde como postos de saúde e hospitais e assistência social com os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) (HABIGZANG et al. 2011).

Em se tratando de violência sexual contra mulheres, a rede de apoio está nos serviços de saúde, justiça, segurança, assistência e atenção psicossocial (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Sendo violência sexual, a unidade básica de saúde (UBS) de referência deve ser acionada imediatamente, até 72 horas do ocorrido para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, HIV e evitar gravidez indesejada (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). A mulher pode recorrer ao CREAS, Defensorias Públicas dos Estados e da União, ao Tribunal de Justiça (Juizado de violência doméstica e familiar), nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e o canal 180 (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

4.3 Interpretação/reinterpretação

Ao me debruçar na história de vida de Joana e de Gisele, percebo que os dados referentes aos suspeitos e ao local de cometimento das violências e os conceitos de violência intrafamiliar e extrafamiliar (BRASIL, 2015) se complementam. Retomo aqui o percentual levantado por Childhood Brasil (2020) que destaca mais de 70% das denúncias tem como suspeitos integrantes da família e que, em média, 70,3% dessas violações acontecem dentro da casa da vítima ou do suspeito. Lembrando que a violência intrafamiliar é aquela cometida por um membro consanguíneo da família da criança ou do adolescente e a extrafamiliar aquela cometida por alguém que não seja da família da criança ou do adolescente (BRASIL, 2015).

As narrativas de Joana e Gisele fazem parte dessa estatística. Na história de Joana, ela sofreu violência intrafamiliar, dentro de casa, e extrafamiliar na casa do agressor. No caso de Gisele, ela sofreu violência intrafamiliar dentro de casa.

Os seguintes questionamentos, após o percurso realizado na produção da presente pesquisa, a mim se impõem: o que podemos fazer para proteger mais as crianças e adolescentes? Quais dispositivos de proteção podemos criar para evitar que elas não tenham mais os seus direitos violados? Penso que esses dados de cometimento de violência revelam uma estrutura que está habituada a violentar mulheres e a fazer isso desde cedo. A violência de gênero é compreendida como “qualquer ação de discriminação, agressão, imposição forçada ou omissão que cause dano, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social e econômico, ou mesmo a morte, em que o gênero da pessoa é o fator desencadeador” (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020, p. 4).

Essa violência pode acontecer em espaços públicos e privados, independe de classe social ou nacionalidade, pode ser exercida por pessoas ou de forma institucional (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). O gênero significa uma construção da cultura a respeito do que é o masculino e o feminino e difere-se do conceito de sexo, que se refere as características biológicas de cada pessoa (BRASIL, 2022e). No processo de construção de identidade, é preciso que os seres humanos se submetam a um processo de socialização de gênero, o qual é baseado nas expectativas que a cultura tem em relação a cada sexo.

Portanto, a identidade sexual é construída e não determinada por condicionantes biológicos (BRASIL, 2022e). O sistema de gênero organiza a vida nas sociedades contemporâneas por meio da ‘linguagem, dos símbolos, das instituições e hierarquias da organização social, da representação política e do poder’ (BRASIL, 2022e, p. 14). Nessa perspectiva, os papéis do homem e da mulher na família, na divisão do trabalho, na oferta de bens e serviços e até na instituição e aplicação das normas legais são compreendidos como distintos (BRASIL, 2022e).

Posto que, historicamente, as mulheres foram ensinadas a se submeterem aos homens, a estrutura de gêneros é responsável por demarcar o poder entre os sexos, ignorando o que prevê o artigo 5º da CF: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). E segue em seu inciso I, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta

Constituição. A CF é muito clara ao prever sobre os direitos fundamentais dos cidadãos, no entanto a realidade das mulheres passa por um histórico de violências das mais variadas em sua existência. Percebemos isso com os dados apresentados ao longo do trabalho e com as narrativas de mulheres que tiveram seus direitos fundamentais violados desde a infância.

Em 2003, no dia internacional de enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, expressou que “será preciso transformar radicalmente as atitudes e os comportamentos dos homens para que as mulheres sejam vistas como iguais” (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020, p. 3). É urgente repensarmos as nossas formas de nos relacionarmos com as mulheres, respeitando-as enquanto sujeitos de direitos e deveres e não como um objeto passível de violências. Segundo Shalders (2021), as relações de gênero se fundamentam no patriarcado, que é considerado um sistema de dominação masculina em detrimento dos demais corpos que constituem a sociedade. E não é qualquer homem, mas especialmente o branco, cis, hétero, adulto e de poder aquisitivo elevado (SHALDERS, 2021).

Importa ressaltar que a população LGBTQIAPN+ também sofre com esse tipo de violência, uma vez que são vítimas de ataques violentos desde a infância até a fase adulta (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Em virtude de uma profunda discriminação à diversidade de corpos e de formas de existência, alguns desses ataques levam muitas dessas pessoas à morte (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Nessa perspectiva patriarcal, que alimenta a violência de gênero, ser mulher pode ser compreendido como um sério fator de risco, haja vista que segundo a OMS, o Brasil está entre os dez países que com maior número de feminicídios (BRASIL, 2013), bem como com alta incidência de práticas transfóbicas e homofóbicas (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020). Não estar nos padrões heteronormativos instituído pelo homem branco e de alto poder aquisitivo significa estar no alvo dessas violências de gênero (MIRANDA & VIANA, 2017).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) tem como objetivo principal a redução dos índices de todas as formas de violência contra as mulheres (BRASIL, 2013). E tem como objetivos específicos:

- I. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.
- II. Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.
- III. Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e

instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, especialmente as mulheres do campo e da floresta. IV. Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento. V. Desconstruir mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz. VI. Identificar e responsabilizar os agressores das mulheres que sofrem violência doméstica e sexual. VII. Prestar atendimento às mulheres que têm seus direitos humanos e sexuais violados, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sobre sua sexualidade. VIII. Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e autonomia (BRASIL, 2013, p. 43).

Diante o exposto, reforço para a importância de construirmos estratégias de ação para que os objetivos da PNPM sejam alcançados e que consigamos desconstruir essa sociedade machista, misógina e LGBTQIAPN+fóbica para proporcionar uma sociedade que respeita os direitos humanos e a diversidade (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Nelson Mandela nos mostra em sua autobiografia traduzida como “Longa caminhada até a liberdade”, de 1995, que a inclinação para amar e odiar está concentrada no poder do ensinar: “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar” (TVUNESP, 2022). Ao discorrer sobre isso, me lembrei de uma frase de Eduardo Galeano publicada em 1994:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (REVISTA PROSA VERSO E ARTE, 2022).

Ler esse trecho me inspira a continuar lutando por uma sociedade igualitária e que respeita a todos conforme prevê a Constituição Federal em seu artigo 5º (BRASIL, 1988). Mesmo que a gente não alcance o que buscamos, não podemos parar de lutar. Assim como, muito do que foi construído em saúde mental, foi construído por meio de muita militância, os direitos das mulheres foram conquistados ao longo dos anos a partir de muita luta. Hoje, reivindicamos por maior qualificação e investimento nos serviços de proteção às crianças, adolescentes e às mulheres, a fim de que alcancem todos os seus objetivos.

Joana compartilhou em sua narrativa que viveu o período de ditadura e ressaltou que não haviam políticas públicas para as mulheres, não haviam Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), nem canais de proteção aos direitos das crianças e dos

adolescentes e isso foi um fator que dificultou que ela buscasse ajuda que fosse efetiva. A sua mãe, apesar de acreditar nela, não pôde fazer nada por ela. Em contrapartida, vimos que a mãe de Gisele já conseguiu denunciar o caso em uma delegacia especializada. Gisele conseguiu ser ouvida pela justiça, que contemplava o serviço de escuta de uma psicóloga.

Em torno de 15 anos, conseguimos observar alguns avanços que já sinalizam uma diferença no desenrolar das histórias de Joana para Gisele no que diz respeito a ter serviços de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes e legislação específica. O fato de Tonho não ter sido responsabilizado foi uma falha da justiça, haja vista que a CF prevê em seu artigo 226, parágrafo 4º, punições severas para o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, 1988). Dessa forma, a mensagem que fica é: permaneça acreditando e lutando, pois, a constância na luta é o que possibilita transformações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, me dediquei em compreender os impactos na saúde mental de mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência. Inicialmente, foi necessário recorrer aos conceitos legais a respeito do que é violência sexual contra este público, assim como, buscar os dados de ocorrência dessas violências nos últimos anos do DF com base nos canais, sistemas e portal de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A partir da exposição desses dados, pude ter uma noção mais ampla em relação a gravidade e frequência das situações de violência, a faixa etária das pessoas que mais sofrem, os locais e características em relação a idade e ao sexo de quem mais comete tais violências.

Percebi que os dados contêm informações que nos possibilita um olhar crítico sobre as nossas relações serem pautadas em uma estrutura machista, violenta e heteronormativa (MIRANDA & VIANA, 2017). Para que eu pudesse me aproximar da vivência das mulheres que sofreram violência sexual na infância e/ou adolescência, me amparei em uma metodologia qualitativa que me permitisse esse diálogo. Entendo que a hermenêutica de profundidade de Thompson a partir da releitura de Demo (2001) em conjunto com o método de entrevistas narrativas de Vasconcelos (2006) me possibilitou essa interlocução com o campo teórico e o campo vivencial.

Compreendo que as narrativas de Joana e de Gisele dão força e vida ao trabalho ao trazerem as variadas formas de sofrimentos decorrentes da experiência de violência sexual sofrida, bem como os seus mecanismos de enfrentamento. Com elas aprendi que as dores dessa experiência são inevitáveis e que lutar se faz preciso. Ambas me mostraram que mesmo sem ou com pouca rede de apoio, encontraram suas estratégias de defesa e de enfrentamento para lidar com as suas dores mais íntimas e dilaceradoras.

Ao fazer a análise formal das informações qualitativas, pude acompanhar como iam se desvelando as camadas de sofrimento à medida que íamos nos aprofundando nelas. Foi emocionante e transformador poder ouvir relatos tão comoventes. Ao fazer referência ao empoderamento utilizado por Vasconcelos (2006), pude notar o poder transformador que ele pode ter na vida de alguém e no coletivo.

Reitero que este é um tema que me toca profundamente e acredito ser fundamental dialogarmos com as diversas esferas da sociedade como as instituições jurídicas, policiais, sociais e de saúde de modo que seja possível desenvolvermos novas formas de

relacionamentos que considere as mulheres, bem como as crianças e os adolescentes como sujeitos e não alvos de violências sexuais que estão englobadas no conceito de violências de gênero (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

As políticas públicas para as mulheres e os serviços de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes precisam ser fortalecidos. Conforme bem defende Shalders (2021), a violência de gênero, é, sobretudo, um problema de saúde pública, visto que traz consequências que afetam as dimensões físicas, psicológicas e também sociais e econômicas (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020) das mulheres que sofrem violência de gênero. Portanto, parar de buscar uma convivência mais justa e igualitária em sociedade não é uma opção. Há muito o que se fazer e é necessário que todos se responsabilizem na busca por uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Miguel Caldas de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 35, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00129519>.

ALMEIDA, Thaisa Costa de. **O manejo clínico e a relação terapêutica com mulheres diagnosticadas com transtorno de Personalidade Borderline**. (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF. 2021.

APOLINARIO, Thiago Dornela. **Repercussões na violência sexual na infância sobre a função sexual e saúde mental da mulher**. 2020. 100p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Departamento de Ginecologia e Obstetrícia.

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviani Nogueira de Azevedo. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 1993.

BBC NEWS BRASIL. **2 momentos em que Bolsonaro chamou COVID-19 de ‘gripezinha’, o que nega agora**. 2020. Acesso em: dez. de 2022.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre o abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**. Maringá, vol.13, nº 2, p. 371-379, abr./jun. 2008. Acesso em nov. de 2022.

BRASIL. **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO**. Maio Laranja: Centro Integrado 18 de Maio é referência em atendimento humanizado de excelência às vítimas de violência sexual infanto-juvenil no DF. 2022c. Acesso em: nov. de 2022.

BRASIL. **COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL**. Diagnóstico da violência sexual contra crianças e adolescentes no distrito federal. 2021a.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LEI 8.069, 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília 16 jul. 1990.

BRASIL. **LEI 13.431, 4 de abril de 2017**. Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília 4 abr. 2017.

BRASIL. **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Identificação e Enfrentamento. 1ª Ed. Brasília/DF. 2015. Acessado em 2022.

BRASIL. **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias. 2022a. Acessado em abr. de 2022.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Viva/Sinan – vigilância contínua. 2021b.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Saúde Mental. O que é a Política Nacional de Saúde Mental? 2022d. Acesso em: nov. de 2022.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde. 96 p.: il. - (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8). 2022e.

BRASIL. **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**. Manual para uso do protocolo de polícia Judiciária para depoimento especial de criança e adolescente. 2019a.

BRASIL. **PORTARIA GM/MS Nº 3.088, 23 DE DEZEMBRO DE 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília. 2011.

BRASIL. **PORTARIA Nº 942, 18 DE NOVEMBRO DE 2019**. Institui o Centro de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência sexual, Familiar e Doméstica - CEPAV. 2019b.

BRASIL. **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2013.

BRASIL. **SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**. Atendimento às pessoas em situação de violência. 2022e. Acesso em nov. de 2022.

BRASIL. **SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**. Rede de Serviços de Atenção Integral a Pessoas em Situação de Violência – “Flores em Rede” Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica – CEPAV. 2021c. Acesso em: nov. de 2022.

BRASIL. **SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL**. Denunciar e buscar ajuda a vítimas de violência contra mulheres (Ligue 180). 2022f. Acesso em: nov. de 2022.

BRASIL. **SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL**. Denunciar violação de direitos humanos (Disque 100). 2022b. Acesso em: out. de 2022.

BRASIL. **SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. 2018. Acesso em: nov. de 2022.

CARDOZO, Cláudia. **Com mais de mil denúncias, Bahia só tem uma delegacia para apurar abuso sexual infantil**. BN Justiça. 2018. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/58848-com-mais-de-mil-denuncias-bahia-tem-uma-delegacia-para-apurar-abuso-sexual-infantil>> Acesso em: nov. de 2022.

COUTINHO, Márcia Moraes Lima; MORAIS, Normanda Araujo de. O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 93-113, abr. 2018.

CORRÊA, Fernanda; HOHENDORFF, Jean Von. Atuação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente em Casos de Violência Sexual. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Passo Fundo, vol. 1, n. 1. 2020. Disponível em doi:10.12957.

CHILDHOOD BRASIL. **Números da causa**. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/nossa-causa#numeros-da-causa>>. 2020. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Ed. Campinas, SP: Papyrus. 2001.

DONATO, Fabiana Juvêncio Aguiar. **Abuso Sexual em Menores: Vulnerabilidade na condição de suscetibilidade às situações de risco**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC. 2013. Acesso em: 21 de nov. de 2022.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146. 2020. Acesso em: dez. de 2022.

FERNANDES, Daniela. BBC NEWS BRASIL. Bolsonaro é provavelmente o primeiro líder político da história a desencorajar a vacinação, diz especialista francês. 2021. Acesso em: dez. de 2022.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A Construção de uma sociedade Não-Violenta: Uma questão de Gênero**. 2020. Acesso em: nov. de 2022.

GARCIA, Cecilia. CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. **Disque 100: saiba como funciona o canal de atendimento**. 2017. Acesso em nov. de 2022.

GUIMARÃES, Cleide Dyhana Silva; MELO, Mônica Cristina Batista de. **Cartilha sobre os impactos da violência infantil na criança e na família**. Recife: Do Autor. 2020.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva & KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 27, n. 4. 2011.

LOPES, Anna Júlia. Poder 360. **Relembre a declaração de Bolsonaro sobre a vacinação**. Acesso em: dez. de 2022.

MINETTO, Maria de Fátima; CRUZ, Ana Caroline Bonato da. Práticas educativas parentais: autonomia e expressão de afeto. **Revista INFAD de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 155–164. 2018.

MIRANDA, Líbia Mafra Benvindo de; VIANA, Masilene, Rocha. Discutindo Gênero e Violência: uma análise sobre o patriarcado e a heteronormatividade. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. 2017.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo; Dutra, Elza. **Abuso sexual contra crianças: em busca de uma compreensão centrada na pessoa**. Revista da Abordagem Gestáltica – XIV (1): 39-47, jan./jul., 2008.

MINUTOS PSÍQUICOS. Saúde Mental no Governo Bolsonaro. 2022. Youtube, 13 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jO2uyWn0tcw>.

MOLL, Gabriela. Agência de Brasília. **Vítimas de violência contam com atendimento especializado na rede pública de saúde**. 2016. Acesso em: nov. de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013-2030**. Geneva: OMS. 2021. Acesso em: nov. de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Geneva: OMS. 2002. Acesso em: nov. de 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção**. 2022. Acesso em: nov. de 2022.

RESENDE, Tania Inessa Martins de. **Sexualidade, Recalque e Teoria da Psicanálise**. 2018. Notas de aula. Não paginado.

REVISTA PROSA VERSO E ARTE. **Para que serve a utopia? – Eduardo Galano**. 2022. Acesso em: dez. de 2022.

SAMPEDRO, Simoara Furquim. **Relato de mulheres sobre a vivência de abuso sexual na infância e/ou adolescência: uma leitura Fenomenológica**. 2019. 134f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica.

SENADO NOTÍCIAS. **Retrocesso na luta contra os manicômios é citado na CDH**. 2022. Acesso em: dez. de 2022.

SOTERO, Anderson; FARIA, Flávia. **O Estado é carente de proteção de delegacias para proteção a crianças**. Portal a tarde.com.br. 2013. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/estado-e-carente-de-delegacias-para-protecao-a-criancas-531056>>. Acesso em: nov. de 2022.

SILVA, Iara. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Agosto Lilás: conheça a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**. 2021. Acesso em nov. de 2022.

SHALDERS, Vitória. **Violência de Gênero e Saúde Mental: Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência**. (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF. 2021.

TVUNESP. GUIA DE PROFISSÕES. **18 de julho – Dia Internacional Nelson Mandela**. 2022.

UOL. **Vamos chegar a 100 mil mortos, mas vamos tocar a vida, diz Bolsonaro**. 2020. Acesso em: dez. de 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental.** 2ª Ed. São Paulo: Hucitec. 2006.